

Cecy B. Correia Lima e Antonia B. de Brito



Ramificações Genealógicas dos Costa Romeu do Sítio Caboclos

Série Cadernos Genealógicos

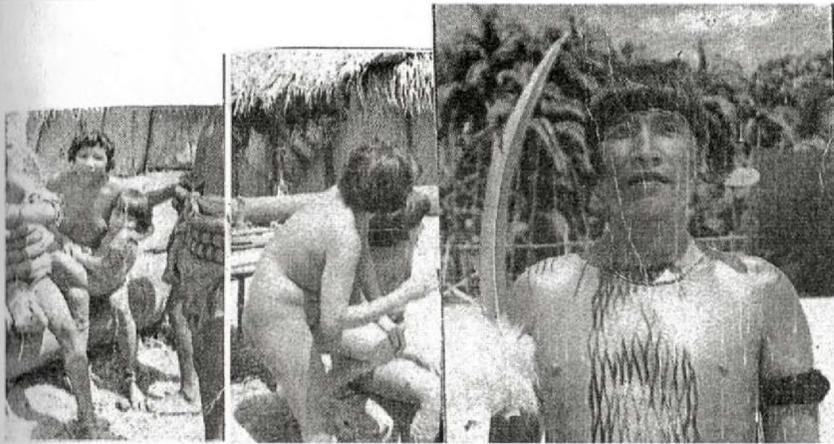
**Centro de Cultura Padre João Marques
Serra Branca- PB
Ano 2009**

Cecy B. Correia Lima e Antonia B. de Brito

Ramificações Genealógicas dos Costa Romeu do Sítio Caboclos

Série Cadernos Genealógicos

Cecy B. Correia Lima e Antonia B. de Brito



Ramificações Genealógicas dos Costa Romeu do Sítio Caboclos

Série Cadernos Genealógicos

Centro de Cultura Padre João Marques
Serra Branca PB
Ano 2009

©Copyright 2009 by
Cecy B. Correia Lima e Antonia B. de Brito

Ramificações Genealógicas dos Costa Romeu do
Sítio Caboclos - Série Cadernos Genealógicos
/ Cecy B. Correia Lima e Antonia B. de Brito
— João Pessoa: Sal da Terra Editora - 2009.
ISBN 978-85-9803-111-8

70p.

Proibida a reprodução parcial ou integral desta publicação,
por qualquer meio, sem a prévia autorização escrita do autor.

Impresso no Brasil - Printed in Brazil

Foi feito o depósito legal

Sal da Terra

Rua São Miguel, 174, Varadouro, João Pessoa – PB 58010 – 270
Telefone/Fax (83) 3222.5016 — E mail: salterra@terra.com.br

Sobre a Autora



Cecy Borba Correia Lima nasceu em 15 de Fevereiro de 1934, no Sítio Aliados do Município de Serra Branca / PB. Filha de Joaquim Borba Filho e Josefa Ramos Borba. Casou com o primo José Correia Lima, também natural desse município.

Fez Curso Primário na Escola Municipal do Povoado do Ligeiro / Serra Branca -PB. cursou o Ensino de Primeiro e Segundo Grau no Colégio Estadual da Prata de Campina Grande / PB.

Na área universitária, tem Curso de Licenciatura em Estudos Sociais (1968) e Licenciatura Plena em Geografia, ambos pela antiga Faculdade de Filosofia / Universidade Regional do Nordeste - URNE. Tem Curso de Pós- Graduação em Geografia do Nordeste, pela Universidade Estadual de Campina Grande / UEPB (1980).

Foi Professora de Geografia do Colégio Comercial Wamberto Torreão - atual Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Senador José Gaudêncio.- onde se aposentou após vinte e seis anos do Ensino de Geografia.

Foi Coordenadora da Casa de Cultura de Serra Branca - Centro de Cultura Padre João Marques - criado pelo Reitor Dr. Berilo Ramos Borba (1984), através de Convênio assinado entre a Universidade Federal da Paraíba / UFPB e a Prefeitura Municipal de Serra Branca / PB.

Fez Curso de Museologia, pelo CNPq / Fundação Joaquim Nabuco de Recife / PE (1984). Exerceu as atividades de supervisão e treinamento no trabalho de corte e costura, bordados à mão, pinturas em tecidos e outros ofícios da arte cultural local, proporcionado pela Casa de Cultura local.

No presente, dedica-se às atividades de pesquisa genealógica e preservação da memória local. Em resumo, estes são os principais aspectos do seu treinamento acadêmico e desempenho profissional, que exercera com louváveis méritos.

João Pessoa, novembro de 2008.
Maria do Socorro Guimarães Araújo
(Pedagoga, Professora da UFPB).

UFCG-BIBLIOTECA

Sobre a Autora



Antonia Borba de Brito nasceu em 26 de Setembro de 1944, no Sítio Aliados do município de Serra Branca / PB. Filha de Joaquim Borba Filho e Josefa Ramos Borba. Casou com José Lins de Brito, também natural desse município.

Fez Curso Fundamental na Escola Municipal do Povoado do Ligeiro / Serra Branca PB. cursou o Ensino Médio no Colégio Estadual da Prata de Campina Grande / PB

Na área universitária, tem Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, pelo Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Federal de Campina Grande – CCT / UFCG (1968 / 71). Tem Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, pelo Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA / UFPB (1970 / 71). Em Pós-Graduação - Especialização em Sociologia Rural pelo Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Federal de Campina Grande / UFCG (1977 / 79).

Ensino Superior - Professora de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da antiga Fundação Francisco Mascarenhas de Patos / UFPB (1971). Foi Professora de Sociologia Geral do Departamento de Ciências Sociais, do Centro de Ciências do Homem, Letras e Arte – DCS / CCHLA / UFPB (1980/96).

Trabalho de campo - Pesquisa sobre dados demográficos dos Municípios da Microrregião do Brejo, para efeito de Relatório Preliminar do Plano de Desenvolvimento Local Integrado- PDRI / Prefeitura de Campina Grande / Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHU (1972). Coordenação e execução de Pesquisa sobre suprimento e consumo de produtos horti- fruti- granjeiros e cereais para efeito de elaboração do Projeto de Implantação da Central de Abastecimento de Campina Grande/ CEASA, pelo Convênio entre a Companhia de Desenvolvimento de Campina Grande - CONDECA/ Hidroservice – Engenharia de Projetos Ltda / SP (1972).

Cargo e Função Pública – Assessora Técnica de Planejamento e Coordenação da Secretaria da Administração do Estado da Paraíba. (1974 / 79). Membro do Grupo de Assessores Técnicos para oferecerem subsídios de Apoio à Comissão de Classificação de Cargo do Serviço Público do Estado da Paraíba – CONCLAS / PB (1976).

No presente como Professora Aposentada do Ensino Público, dedica-se ao trabalho de Pesquisa Genealógica e preservação da memória do Cariri Paraibano.

Campina Grande, novembro de 2008
Maria Ronete Ramos de Araújo
(Assistente Social, ex- Professora da UEPB)

Agradecimento

Aos Colaboradores que ajudaram a viabilizar nosso propósito de registrar a memória de nossos Antepassados.

Oferecimento

Para os Pioneiros Costa Romeu, porque implantaram sua descendência no Sítio Caboclos.

Para o Professor Berilo Ramos Borba e sua esposa a Professora Maria Auxiliadora Bezerra Borba que implantaram a Casa de Cultura de Serra Branca.

Para todos que incentivam o desenvolvimento e a preservação da Cultura do Cariri Paraibano.

Colaboradores

Descendentes de Maria Fortunata Correia Lima

Josefa Gilma de Andrade Guimarães Neves / Campina Grande PB.
Jailson Bezerra Neves / Campina Grande PB.
José Guimarães Lima / Serra Branca PB.
Maria de Lourdes Meira Cabral / João Pessoa PB.
Maria do Socorro Guimarães Araújo / João Pessoa PB.
Maria do Socorro Oliveira Guimarães / Campina Grande PB.

Descendentes de Enéas Ramos Correia Lima

Isa Cléa Correia Lima Netto / João Pessoa PB.
José de Arimatéia Correia Lima Neves / Campina Grande PB.

Descendente de Amaro Ramos Correia Lima

Elba Maria Ramos Paiva / Campina Grande PB.
Marisa de Brito Ramos / Campina Grande PB.
Magdala de Brito Ramos / João Pessoa PB.

Descendentes de Mariana Flora Correia Lima Moreira

Alaide Moreira Pereira / Serra Branca PB.
Adeilde Moreira Ribeiro / Paulo Afonso – BA.
Benedito Marques Nobre Formiga / Recife – PE.
Dyála Limeira Vilar / Serra Branca – PB.
Maria Inês Limeira Vilar / Serra Branca PB.
Genuíno Vilar Moreira / Serra Branca PB.

Descendentes de Ana Correia Lima de Freitas

Clara Stella Peregrino de Albuquerque Oliveira / João Pessoa PB.
Marcelo Araújo Campos / João Pessoa PB.
Oriosvaldo Travassos Campos Neto / João Pessoa PB.
Maria do Socorro Araújo Cipriano / Sumé – PB.

Descendentes de Clementino Ramos Correia Lima

Geraldo Ramos Borba / João Pessoa PB.
Giordano Bruno Borba de Brito / João Pessoa PB.
Joaquim Teodósio Correia Lima Borba / Campina Grande PB.
Luis Ramos Borba / João Pessoa PB.
Maria do Socorro Borba Vilar / Campina Grande PB.

Maria Ronete Ramos Araújo / Campina Grande PB.
Peryllo Ramos Borba / Campina Grande PB.
Rita Ramos Borba / João Pessoa PB.

Descendentes de Vitória Jacynta Castor Correia Lima

Alba Maria Castor / João Pessoa PB.
Carolina Castor de Andrade Amorim / Recife PE.
Emiliano Toscano Castor / Recife PE.
Fábio José de Oliveira Castor / Cabedelo PB.
José Castor Monteiro / João Pessoa PB.
Maria Dulce Monteiro de Farias / Taperoá PB.
Vitória Jacinta Costa Castor / João Pessoa PB.
Amauri Ramos / Secretário de Educação de Soledade PB.

Descendentes de Evangelina Correia Lima Vilar

Antonio Vilar de Queiroz / Campina Grande PB.
Benedito Vilar Correia Lima / Recife PE.
Catarina Vilar Correia Lima / Recife PE.
Célia Maria Duarte Vilar / Recife PE.
Evangelina Vilar de Oliveira / Rio de Janeiro RJ.
Elisabeth Vilar de Oliveira Vieira / Rio de Janeiro RJ.
Elza Vilar Gonçalves / Campina Grande PB.
Fábio Vilar Gonçalves / Serra Branca PB.
Irã Bezerra Vilar / São José dos Cordeiros PB.
Jacinta de Fátima Vilar / Serra Branca PB.
Maria Lúcia Vilar Correia Lima / Campina Grande PB.
Maria Alba Bergamaschi Vilar / Brasília – DF.
Maria Neuma Cavalcante Barros / São José dos Cordeiros – PB.
Quitéria Gouveia Vilar / Serra Branca PB.
Rita Vilar Guedes / Recife PE.
Rodrigo Bergamaschi Vilar / Brasília – DF.
Santina Bezerra Vilar / São José dos Cordeiros – PB.

Descendentes de Arthur Correia Lima

José Inaldo Sousa Lima / Serra Branca PB.
Maria das Dores Dario Correia Lima / Serra Branca PB.
Maria de Fátima Sobral Sousa Lima / Campina Grande PB.
Nila Maria Sousa Lima Guimarães / João Pessoa PB.

Agradecimentos Especiais

À **Geruza Mamedes de Lima**, à **Maria Augusta** e a **Milton Brito**. A primeira além dos Cantos de Santo Antonio, como estes forneceu-nos material bibliográfico sobre Serra Branca

À tetraneta **Firmiana Correia Lima Guimarães (IV)** a que se recorreu na busca de uma expressiva fisionomia, que melhor desse rosto à nossa bisavó **Firmiana Ramos Correia Lima**

Aos **Cariris** paraibanos quase, de todo dizimados em nome dos interesses coloniais dos comerciantes de Lisboa. Sua alma ficou conosco!

À **Francisca Gonzaga (Comadre Chica)**, cuja força e / ou leite dera vida à nossa infância. Que continue conosco eternamente!

Índice

Apresentação	12
Unidade I – A Ramificação dos Costa Romeu do Sítio Caboclos ..	14
I Introdução – Localização e Origem do Sítio Caboclos	14
II Genealogias Familiares - Genearcas Portugueses	18
1. Coronel José da Costa Romeu	18
2. Capitão Antonio de Barros Leira	23
3. Capitão Mateus Antonio Brandão	25
III Os Costa Romeu da Fazenda Cauassu	26
1. História da Fazenda Cauassu	26
2. A Família Ramos Correia Lima da Fazenda Cauassu	32
IV Ramificação dos Costa Romeu da Fazenda Caboclos	39
1 Descendentes de Maria Fortunata Correia Lima Guimarães	39
2 Descendentes de Arthur Correia Lima	47
Unidade II – A Escravidão no Cariri Paraibano	54
Unidade III – Culturas Nativas da Colonização do Brasil	57
Unidade IV – A Organização da Sociedade no Brasil Colonial	60
Conclusão	66
Bibliografia	68

Apresentação

Este trabalho é uma tentativa de abordagem das ramificações da Família Costa Romeu do Sítio Caboclos, do antigo Cariri de Fora. Hoje esse sítio pertence ao município de Serra Branca / PB. Foi desmembrado do município de São João do Cariri (1959), em que o velho Cariri de Fora viera a se tornar.

A família dos Costa Romeu configura-se nas linhagens dos genearcas portugueses José da Costa Romeu, Mateus Antonio Brandão e Antonio de Barros Leira, que se estabeleceram no Cariri Paraibano no começo de século XVIII. Estes teriam originado algumas estirpes locais, dentre as quais às relativas ao Sítio Caboclos, objeto desse trabalho. Nesse sentido, o presente ensaio de genealogia busca assinalar as linhagens associadas ao progenitor Dr. Genuíno Correia Lima e Sua esposa Firmiana da Costa Ramos da vizinha Fazenda Cauassu dessa região.

Os descendentes dos Costa Romeu constituem os familiares de Maria Fortunata Correia Lima Guimarães (Lilía) (1853/1934), associados aos de seu irmão-caçula Arthur Correia Lima (1882- falecido década 1940), casado com a própria sobrinha filha mais velha de Fortunata. Também da Genealogia do Sítio Caboclos fazem parte algumas descendentes do seu irmão Clementino Ramos Correia Lima (1867/1958). Esse último tivera suas netas Gescy Borba Lima e Cecy Borba Correia Lima a ela associadas, por laços de casamentos com primos. Com efeito, são também Ramificação dos Costa Romeu dos Caboclos.

Os vínculos dessa teia de parentesco serão aqui recortados enquanto tentativa de circundar essa antiga estirpe familiar, que se constituíra a partir dos ancestrais Costa Romeu. Desse modo, pudemos configurar o grupo em que essa Genealogia se tece.

Esse estudo tem por base uma pesquisa em fontes bibliográficas aqui citadas, em consultas de descendentes colaboradores referidos. Mas tem como elemento precípuo, sobretudo o testemunho de remanescentes familiares que viram, viveram e validaram grande parte dos dados.

Não move outro motivo as autoras, senão o propósito de registrar o momento histórico partilhado por essa teia genealógica. Retratar a sua experiência humana

como um todo naquele espaço e tempo local. Esta é uma forma de dar perenidade à finitude da vida histórico-genealógica dos Costa Romeu do momento.

O Sítio Caboclos foi marco de uma práxis humana, calcada na hombridade e virtude dos costumes ali implantados pelos Costa Romeu, nossos semeadores. Nós os exaltamos por isso!

Através deste Caderno Genealógico buscamos guardar sua memória, como exemplos para os descendentes que decerto virão se associar a essa Teia Familiar.

João Pessoa, Primavera de 2008.

As Autoras

UFCG-BIBLIOTECA

Unidade I

Ramificação dos Costa Romeu do Sítio Caboclos

I Introdução - Localização e Origem do Sítio Caboclos

O Sítio Caboclos localiza-se na Microrregião Geográfica do Cariri Ocidental. Situa-se a nove km a Sudeste da Sede do Município de Serra Branca. Dista duzentos e trinta um km de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba / Brasil. (Rodríguez, Janete Lins – Coordenadora. 2002. Atlas Escolar Paraibano. João Pessoa. Editora GRAFSET / Fundação Casa de José Américo e mapas@editoradcl.com.br).

Numa outra circunscrição jurídica do passado, o Sítio Caboclos situava-se na antiga região do Cariri de Fora, que compreendia uma divisão primordial do Cariri Paraibano. Essa região Cariri seria produto histórico da conquista e ocupação produtiva das terras do interior da Paraíba pela colonização portuguesa que aí tivera lugar, a partir da segunda metade do século XVII e começo do século XVIII.

Nesse processo de colonização, a presença da Família Oliveira Ledo tivera papel fundamental. Instalara-se inicialmente na data de sesmaria do Rio Paraíba, a partir provavelmente da divisa de Sapé / PB, isto é, a sessenta km2 da foz desse Rio em Bayeux / PB. Esta sesmaria media cento e oitenta km de comprimento, por sessenta km de largura margeando o Rio Paraíba. Praticamente acabava em Cabaceiras / PB. A partir dali, seguia-se o chamado Cariri de Fora (da data) Disso advém a antiga denominação do Cariri desse nome. (Medeiros & Medeiros, 1989: 19-21 e a Tradição Familiar)

O nome “Cariri” dessa região geográfica da Paraíba seria originário do tupi-guarani “caá” (mata) e “riri” ou “ryry” (tremer). Isso talvez denote o provável temor que o gentio infundia nos colonizadores, ao surpreendê-los, atacando-os de surpresa. Nessas ocasiões, saíam de repente dos seus esconderijos nas matas dos rios e serras da região. Com o passar do tempo, o nome “cariri” viera a ser usado indistintamente, tanto para designar o gentio como para seu habitat. Desse modo, teria se originado o nome “Cariri” dessa Região da Paraíba. (Leal, 1972: 3-4 e Bueno, 1982: 79, 280 e 484).

O nome “Caboclos” deste Sítio decorreria da aglutinação da palavra “caá” (mata) e “boc” (buraco, cova), compondo o vocábulo “Caaboc”. No passado essa região teria sido habitada por indígena Tapuia, que o Tupi designava de “Caaboc”. Talvez para denotar que viviam em buracos, ou para indicar que os utilizavam por razões estratégicas. Do vocábulo tupi “Caaboc” teria advindo o nome deste sítio local. (Bueno, 1982: 71, 79, 81 e Fernandes, 1975: 1229).

Originalmente este sítio pertencera ao Capitão Clementino da Costa Romeu (cerca 1825-1917) (Papai-Tino). Fora herdado por seu neto-afim Arthur Correia Lima (1882-década 1940). Posteriormente, fora repassado a seu bisneto - afim José Correia Lima Sobrinho (Decáu) (1916-2008). Enquanto, objeto de inventário, passará aos trinetos-afins. Com efeito, os laços de continuidade dessa herdade perpassam já quatro gerações (1825/2008), perfazendo um total de 183 anos. Considere-se esse tempo a partir da requisição desta sesmaria pelo Coronel José da Costa Romeu (1740). Seriam 268 anos de história familiar, que dali tivera lugar até os dias de hoje. Partes escolhidas dela serão resgatadas e contadas no decorrer deste trabalho. (Leal, 1868: 68; Medeiros & Medeiros, 1989: 94-97 e a Tradição oral rural da Família Correia Lima.

O Sítio Caboclos teria sido fundado pelo Capitão Clementino da Costa Romeu. Isso ocorreria sete anos após casar (1843) com Edviges da Costa Ramos (cerca 1822-1875), na Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Cabaceiras/PB. Esta era sua cunhada, viúva de seu irmão Amaro da Costa Romeu Júnior (1818-1842). Edviges era filha do Capitão José Joaquim da Costa Ramos (1789-1870) da Fazenda “Ipuera” (rio seco) e de Firmiana Maria de Jesus Ramos (1790-1844), da Fazenda Caruatá (caruá de atar, fazer cordas) ambas pertencentes à então Vila de Cabaceiras / PB. (1835) (Medeiros & Medeiros, 1989:238-239 e Bueno, 1982:90 e 154 e a Tradição Familiar).

Por sua vez, o Capitão Clementino tivera por pais o Capitão-mor Amaro da Costa Romeu (1766-1858) (Timór-Amaro, isto é, Tio - Maior) e Emerenciana Maria do Amor Divino (1771-1856). Ambos pertenciam à Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri de Fora. Teriam sido os pioneiros na colonização da área Caboclos, à época “mata virgem” como afirma a velha reminiscência familiar. (Medeiros & Medeiros, 1989: 94-97; Leal, 1968: 75-76)

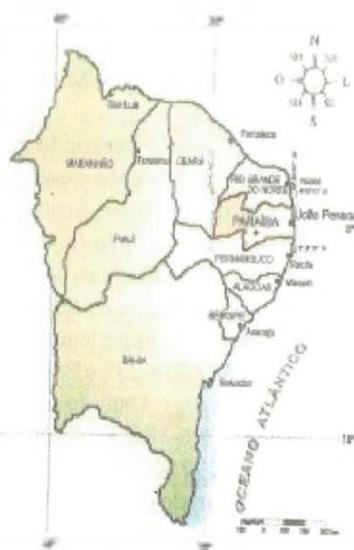


LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA

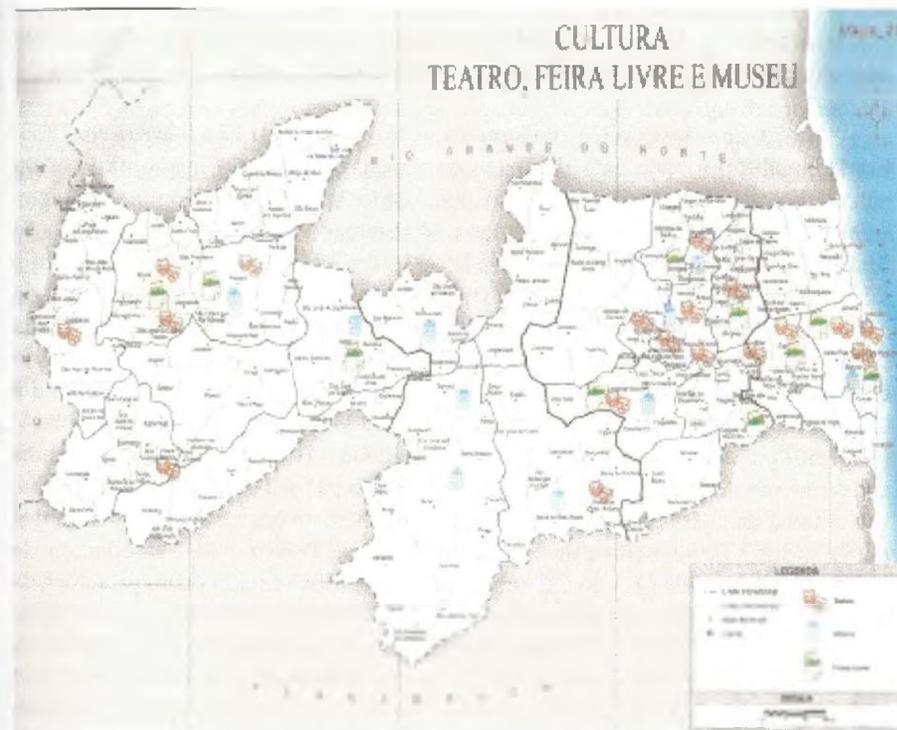
Mapa 01
BRASIL



Mapa 02
REGIÃO NORDESTE



Fonte: FERREIRA, Sérgio de F. Coord. Atlas Escolar Paraíba. João Pessoa: Editora T&P, 2002. Fundação Casa de José Américo, 2002.



Rodrigues, J. Lins Coord. 2002, Atlas Escolar Paraíba. Edit. Grafset / Fundação Casa de José Américo. João Pessoa PB.

II Genealogias Familiares - Genearcas Portugueses

Ao considerar-se a origem dos troncos ancestrais da Família Costa Romeu, percebe-se que na base de sua formação estão emigrantes portugueses. No início do século XVIII estes teriam se estabelecido na Paraíba, na antiga localidade do Cariri de Fora. Compreendiam: 1) Coronel José da Costa Romeu, 2) Capitão-mor Antonio Barros Leira e 3) Capitão-mor Mateus Antonio Brandão, que compõem a teia genealógica original dos Costa Romeu, como a frente se verá.

1. Coronel José da Costa Romeu nascera entre 1709 / 12 e falecera em 1803. Era Coronel Reformado da Milícia de Ordenanças Montadas (Cavalaria). Este era natural da antiga Vila de Cheleiros, da Região de Lisboa. Filho de Domingos Romeu e Eulália Ferreira. Ambos pertencentes ao Patriarcado de Lisboa da Freguesia de Mafra. Casou com Isabel Rodrigues de Faria (cerca 1739), nascida entre 1715/14 e falecida em 1755. Casal recebera por dote a fazenda de agropecuária do Curral do Meio, um Sítio no Brejo, escravos e gado. Não bastassem, teria requerido a data de sesmaria do Veloso do Cariri Paraibano de Fora (1740). Também era grande proprietário de terras no Sertão, tendo além do mais a propriedade do Bom Jesus, Jurema e Cachoeira. O casal vivera na Fazenda do Curral do Meio, que na época de D. João V (1707/50) pertencia ao então Povoado da Travessia dos Quatro Caminhos. Depois sob o reinado de D. José I (1750/77) esse povoado passa à categoria de Freguesia, sob o nome de nossa Senhora dos Milagres (1750). Esta era a Santa 'protetora dos perseguidos' da devoção portuguesa de Açores. Talvez pela semelhança de circunstância histórica em que se achava o gentio, fora adotada como protetora da "Aldeia dos Carirys" pela missão jesuítica local. O Coronel multiplicou os bens recebidos, tornando-se rico e, com efeito, influente líder político local. Atendia aos critérios político-jurídicos de renda da Constituição Monárquica do Império (1824) para eleger e ser eleito. Era dono de grande influência e liderança na região. Enquanto grupo de pressão, atuava ao lado de seu filho Domingos da Costa Romeu (1740); de seu cunhado Felipe de Farias Castro (1731); de seus sobrinhos José Felix de Barros Leira (1750/51); e Inácio de Barros Leira (1743) entre outros. Sem um imediato êxito, assinou e patrocinou o petítório ao governador de Pernambuco, pedindo a elevação da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri de Fora à categoria de Vila (1786). À época a Paraíba estava atrelada administrativamente a Pernambuco, desde o tempo das "Capitanias da Coroa," da época Pombalina no reinado de D. José I. Assim permanecera (1774/99), sendo resgatada no período do Governador da Paraíba, Capitão-mor Jerônimo José de Melo e Castro (1764/1797). Este recompôs a dignidade de nossa Capitania tirada pelo Marques de Pombal. Tornada independente de

Pernambuco pela Rainha Dona Maria I (1777/92) a pedido seu. Então instalou o Palácio do Governo da Paraíba na atual sede do ex-Convento dos Jesuítas, confiscado por Pombal quando expulsou a Ordem da Paraíba (1760). (Medeiros & Medeiros, 1989: 59-62; Machado, 1777: 482, 504-516; Leal, 1972: 9-18; Figueira, 2002: 260-61; www.casadosacoresri.com.br; a Tradição Familiar; www.tuel.pt/portugal-niapa.jpg e www.wikipedia.org). O casal Coronel José da Costa Romeu e sua esposa Isabel Rodrigues de Faria tiveram a descendência dos quatro filhos:

1.1.1. Capitão-mor Domingos da Costa Romeu nascido em 1840, falecido próximo de 1835. Fora Juiz Ordinário e de Órfãos do então Termo de São João do Cariri. Possuidor de muitos bens. Era dono de oito propriedades a que denominavam: Coro, Pará, Passagem, Gravatá Cacimbas, Forquilhas, Caraúbas, e de uma terra em Brejo de Taquaritinga. Foi donatário de uma sesmaria no Cariri de Fora (1761). Também requereu outra obtida no governo de Jerônimo José de Melo Castro (1764/97) Era proprietário de muito gado e escravos. Era casado com Ana de Brito Maciel, natural do Cariri. O casal morava em uma casa- sobrado em São João do Cariri Não tivera descendência. (Medeiros & Medeiros, 1989: 62-63; Machado, 1977: 505).

1.1.2. Maria José da Conceição Brandão nascida em cerca de 1743, falecida por volta de 1835. Era natural do Povoado da Travessia, casada (1757) com o português Capitão Mateus Antonio Brandão. (cerca 1729/83). Maria da Conceição Brandão teria vínculos diretos com as Ramificações dos Costa Romeu do Sítio Caboclos, a que se reportará posteriormente. (Medeiros & Medeiros, 1989:71).

1.1.3. Teresa Maria de Jesus (1747/48-1785) nascida no Povoado da Travessia dos Quatro Caminhos. Casada com o Capitão Domingos da Costa Souto (1729/85), português de Penela da Cidade de Lousã / Região Norte de Portugal, pertencente ao Arcebispado de Braga dessa região. O casal morou na Fazenda do Curral do Meio e Fazenda da Barra de Jurema (1769), na Fazenda Caibeira (1778). O casal tivera os sete filhos: 1º) Domingas Maria do Espírito Santo (1764/1868) casada com o português Francisco Fernandes de Oliveira (1757). Este era natural da Freguesia de Santa Eulália de Oliveira / Rio Douro Bispado do Porto; 2º) Isabel Rodrigues de Oliveira (1765/95). Casada como Tenente Carlos de Farias de Oliveira, natural do Cabo / PE. ;3º) Emerenciana (1769/82) falecida na infância; 4º) Domingos da Costa Souto (2º) (1773/99; 5º) Teresa Maria de Jesus (1778) casada com Manuel Cardoso de Melo falecido (6º) Ana José da Soledade (1781) casada com Estevão Correia de Queiroz (Medeiros & Medeiros, 1989: 101-116).

1.1.4. José da Costa Romeu Júnior (1769 / 1848) natural da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri de Fora. Foi Juiz Ordinário e de Órfãos da Vila Real de São João do Cariri. (1814). Casou com a conchhada Cosma de Brito Maciel

e Câmara, irmã de Ana de Brito Maciel. Eram moradores da Fazenda do Curral do Meio Foi grande proprietário de terras. Alfes de patente. Deixou por descendência os nove filhos: 1º) Antonio da Costa Romeu (1789/1855). Era um dos sobrinhos preferido do tio Capitão-mor Domingos da Costa Romeu, que lhe deixara herança. Casou (1812) com a prima Maria José da Purificação. Filha de Felipe de Faria Castro e Maria da Purificação. Moravam na Fazenda Queimadas, termo da Vila de São João. Antonio da Costa Romeu tinha uma casa grande mal assombrada na Rua do Pedregulho, outra menor na Rua do Rio ambas na Vila São João do Cariri e uma terceira na Fazenda Barra de Jurema. A fora sua Fazenda de Queimadas, ainda tinha a Fazenda do Algodão e muitos escravos; 2º) Isabel Francisca Maciel (1791) casada com Filipe Correia; 3º) Ana Felícia de Brito Maciel (1787 casada com João Crisóstomo Correia de Queiroz; 4º) João da Costa Brito (1797/1842); 5º) Maria José dos Anjos da Costa Brito (1786/1852) casada com José de Faria Castro. Filho de Felipe de Faria Castro e Maria da Purificação e 6º) Francisco Jerônimo de Brito (1789/1857) casado com Teresa Maria de Jesus. Filha de Filipe de faria Castro e Maria da Purificação. (Medeiros & Medeiros, 1989: 64/71)

Isabel Rodrigues viera a falecer, entre quarenta a quarenta e um anos. O Coronel José da Costa Romeu casou outra vez, com Isabel Bezerra de Melo, natural de Olinda (1741/40-1773). Esta era filha de José do Couto de Lucena de Recife e de Maria Mateus, natural da Cidade da Paraíba. Desse matrimônio houve os oito filhos: 1º) Ana José do Espírito Santo (cerca 1758), casada com José Pereira de Castro; 2º) Francisca Maria da Conceição (cerca 1760), casada com Inácio de Barros Leira; 3º) Maria José do Espírito Santo (cerca 1761), casada com Caetano Varjão de Sousa; 4º) Hilário da Costa Romeu (1763/1845), casado com Antonia Caetana de Sant'Ana (cerca 1762/1830); 5º) José Félix da Costa Romeu (cerca 1765), casado com Ana de Faria; 6º) Amaro da Costa Romeu (1766/1858), casado com Emerenciana Maria do Amor Divino (1771/1856); 7º) Joaquim da Costa Romeu (cerca 1768), casado com Ângela Maria da Purificação e 8º) Francisco da Costa Romeu (cerca 1769), casado com Ana Teresa de Jesus. Destes, os filhos quarto e sexto apresentam vinculação direta com a teia de Ramificação dos Costa Romeu do Sítio Caboclos, como logo se verá. (Medeiros & Medeiro, 1989: 59,94 e 251)



<https://www.tuel.pt/portugal-mapa.jpg>

UFCG-BIBLIOTECA



2. O Capitão-mor Antonio de Barros Leira (1717-1768/69) foi outro Genearca português associado a estirpe Costa Romeu do Sítio Caboclos. Este era natural da Cidade de Leiria, da Região de Lisboa. Filho de João de Barros e Domingas João. Ambos nascidos em Carviol, Arcebispado de Leiria dessa região. Este casou (cerca 1742) com Ana de Faria Castro (cerca 1716/83). O casal vivera na Fazenda “Cor-a-atá,” de Fora (Caruatá de Fora), situada na ribeira do Cariri de Fora, no então Povoado de Cabaceiras. Época do apogeu do ouro (1730/50) e prosperidade da economia nordestina, este casal era possuidor de muitos bens em terras, gados, escravos e utensílios domésticos em cobre, prata e ouro (pentes, bolões, baixelas, talheres, etc.). Além da referida fazenda, possuía um Sítio no Brejo. Teria requerido uma sesmaria no Cariri (1745), no governo da Capitania da Paraíba do Capitão-mor Antonio Borges da Fonseca. (Medeiros & Medeiros, 1989: 117-119; Bueno, 1982:90 e Figueira, 2002: 184). O casal deixou uma prole de doze filhos. Destes ressaltam-se José Felix de Barros Leira e Antonia Anastácia do Sacramento pela ligação genética mais direta com a Ramificação dos Costa Romeu do Sítio Caboclos, como se demonstrará depois.

1.2.1. Capitão José Félix de Barros Leira nascido em 1551 e falecido em 1814. Político destacado, ao lado de parentes teria lutado pela elevação da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres à condição de Vila (episódio discutido anteriormente). O Capitão José Félix de Barros casou (cerca 1789) com a sua prima Josefa Maria da Conceição. Esta era filha do Sargento-mor Manuel Tavares de Lira e Maria de Faria de Castro. O Capitão José Felix vivera com a sua esposa na Fazenda Caruatá de Fora (Cabaceiras). (Medeiros & Medeiros, 1989: 238-239 e Rietveld, 1999:60 e Machado, 18977:507). O casal tivera seis filhos:

1.2.1.1. Félix José de Farias (1790-1871) nascido no Sítio Bertioga / Cabaceiras. Casou com Ana Isabel do Espírito Santo que falecera (1835). Pela segunda vez casou com Mariana Joaquina da Conceição (cerca 1837 (Medeiros & Medeiros, 1989: 239-244).

1.2.1.2. Capitão Antonio do Nascimento Barros nascido 1787 e falecido próximo ao ano de 1854. Casou (1816) com a prima Isabel Maria da Soledade. Filha do Capitão Antonio de Barros Leira e Tereza Maria de Jesus. Esta filha do Capitão-mor Mateus Antonio Brandão e Maria José da Conceição. O casal vivera no Termo da antiga Vila Nova da Rainha. A seguir morou em Caruatá de Fora (1836) e por último na Vila de Cabaceiras. (Medeiros & Medeiros, 1989:244)

1.2.1.3. Firmiana Maria de Jesus Ramos (avó) nascida em 1789 e falecida em 1844. Casou (1814) com o Capitão Joaquim da Costa Ramos. Este filho do Coronel da Guarda Nacional (1831/1922) Hilário da Costa Romeu (1763/1845) e de Antonia Caetana de Sant’Ana (cerca 1762/1830), abordados logo a seguir.(Medeiros & Medeiros, 1989:245 e Figueira, 2002: 264).

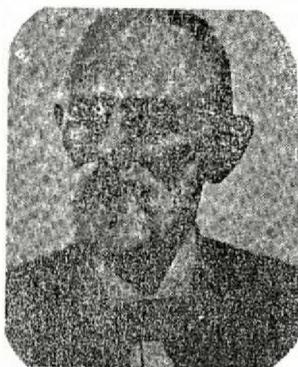
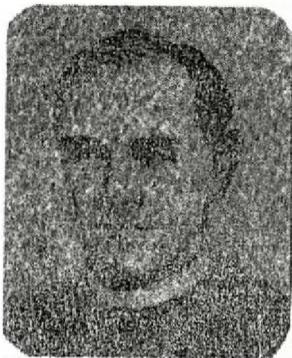
1.2.1.4. Isabel Maria da Conceição (1791) natural de Cabaceiras. Casou (1815) com o primo Alferes Antonio de Barros Brandão. Este era filho do Capitão Antonio

de Barros Leira e Teresa Maria de Jesus. Aquele era seu tio. Esta sua tia por parte de mãe. (Medeiros & Medeiros 1989: 245).

1.2.2. Antonia Caetana de Santana Barros nascida na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri de Fora. Casou com Hilário da Costa Romeu. Filho do Coronel José da Costa Romeu e de Isabel Bezerra de Melo. O Coronel Hilário Romeu foi Juiz de Órfãos (1818/20), Juiz de Paz e Secretário da Câmara Municipal da Vila Real de São João do Cariri (1832/35). (Medeiros & Medeiros, 1989: 251/52). O casal Hilário da Costa Romeu e Caetana tiveram nove filhos. Dentre estes se abordará José Joaquim da Costa Ramos, pelo vínculo de parentesco maior com os Costa Romeu do Sítio Caboclos objeto deste estudo

1.2.2.1 Capitão José Joaquim da Costa Ramos nasceu em 1789 e faleceu em 1870. Morador da Fazenda Ipuera e do Sítio do Açude do Termo de Cabaceira. Casou (1814) com a prima Firmiana Maria de Jesus Ramos (1789/1844). Esta filha do político Capitão José Félix de Barros Leira e de Josefa Maria da Conceição Esta falecera em 1844. Viúvo casou com Ana José do Espírito Santo (1756) da Fazenda Caruatá / Cabaceiras. (Medeiros & Medeiros, 1989:256). Do seu primeiro matrimônio tivera quatro filhos e um do segundo, como se verá.

Padre Ambrósio e seu irmão Dr. Elias da Costa Ramos – Políticos de São João do Cariri./ final Império



1.2.2.1.1. Seriam filhos de Firmiana Maria de Jesus Ramos: 1º) Hilário da Costa Ramos (1815); 2º) PE. Ambrosio da Costa Ramos (1221); 3º) Edviges da Costa Ramos (cerca 1822/75). Casada por duas vezes, com os irmãos Amaro da Costa Romeu Júnior e Clementino da Costa

Romeu; 4º) Elias Elíaco Eliseu da Costa Ramos (1830/1910) casado com sua prima Belmira da Costa Ramos (1830). Dr. Elias foi um político de grande prestígio. Deixou o Partido Conservador ao casar. Migrou para o Partido Liberal (partido dos adeptos da República). Foi Deputado Provincial por cinco Legislaturas seguidas (1858/1869). Foi Vice-Presidente da Província da Paraíba. Era Bacharel em Direito, pela Faculdade de Recife / PE - Turma 1857. Promotor Público (1863 e 1868). Foi Curador Geral (1866/78), Juiz de Direito (1894/95) É um dos fundadores do Partido Republicano na Paraíba:

O filho 5º) Dionísia Filadélfia da Costa Ramos (1833/55). Esta era filha da segunda esposa do Capitão José Joaquim da Costa Ramos, isto é, de Ana Jose do Espírito Santo Ramos. (Medeiros & Medeiros, 1989; 256-272).

3. Capitão-mor Mateus Antonio Brandão (cerca 1729 / 83) – o terceiro Genearca português teria nascido em Santa Maria de Távora / Viana, terra de seus pais na Região Norte de Portugal. Era filho de Domingos de Antonio Brandão e Esperança Maria de Sousa. Por vezes sua mãe também se dizia natural do Rio Frio de Braga, situado no Arcebispado dessa região portuguesa. O Capitão-mor Mateus Antonio Brandão casou (1757) com Maria José da Conceição (cerca 1743). Esta era natural da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri de Fora. Desse casal, nasceram dez filhos dos quais Emerenciana Maria do Amor Divino era importante precursora da Genealogia do Sítio Caboclos, aqui abordada. Esse casal fora possuidor de muito gado, escravos e terras, dentre as quais os sítios de Alagoa Nova e de Barra da Figueira, (lugar homônimo a um acidente geográfico da Costa portuguesa). Maria José da Conceição era a 2ª filha do Coronel José da Costa Romeu e de Isabel Rodrigues de Farias (1715/14-1755) (Medeiros & Medeiros, 1989:71-101) (Medeiros & Medeiros, 1989: 71-100).

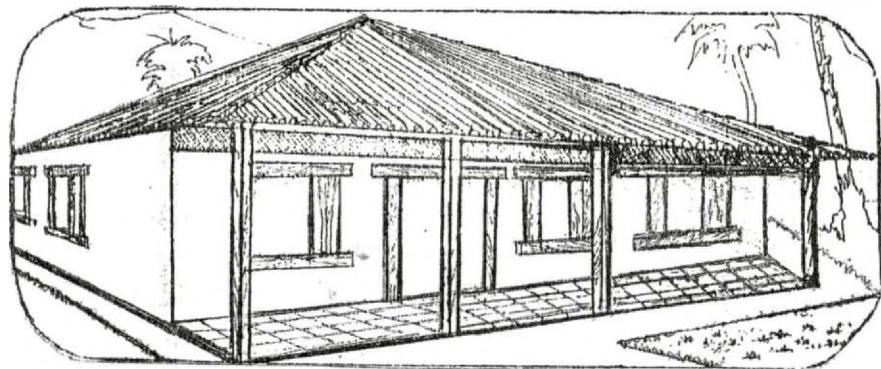
O Capitão Mateus Antonio Brandão e sua esposa Maria José da Conceição eram pais de Emerenciana Maria do Amor Divino (1771-1856) (Merencinha). Esta casou com o Capitão-mor de Ordenanças Montadas Amaro da Costa Romeu (1766-1858) (Timór-Amaro ou Tio maior). Este era filho do 2º casamento do Coronel José da Costa Romeu (cerca 1757) com Isabel Bezerra de Melo, nascida em Olinda (1740/41-1773). (Medeiros & Medeiros, 1989: 59 e 94).

O Capitão de Ordenanças Amaro da Costa Romeu (Timór-Amaro) e sua esposa Emerenciana Maria do Amor Divino viveram na Fazenda do Veloso (1817) e Fazenda Balanço (1854) pertencentes a já então Vila Real de São João do Cariri. Também eram seus os Sítios Caboclos; Cauassu, “Ariú ou “Ari” (palmeira) e “u” (comestível); “Macapá,” (pomar dos símios), “Caibêra” ou “cai” (macaco) e “bêra” (que “voa” no cimo das árvores); Malhadinha, Água Doce. Talvez, também lhe pertencesse a Fazenda Coroa Branca. Lugar de “invernar” boiadas de corte desde remoto passado familiar. Teriam feito parte da antiga data de terras do Veloso do Coronel José da Costa Romeu no passado. Essas terras partiam do Rio da Serra Branca (“Matymoré”), prolongando-se até a chamada Serra dos “Curumin” (meninos). O vocábulo tupi-guarani “matymoré” seria a aglutinação de “mat” (junção), “y” (riachos), “mo” (origem, formação) e “ré” (diversos), denotando assim a sua formação por entroncamento de riachos diversos). (Fonte: a Tradição não-escrita da Família Ramos Correia Lima e Bueno, 1982: 55,56,68,69,71,79,82,106,189,19,72,79, 80,495,529,599)

Desse modo, os ancestrais Coronel da Costa Romeu, Capitão-mor Antonio de Barros Leira e Capitão Mateus Antonio Brandão configuram-se em três ordens de progenitores da Ramificação do Sítio Caboclos, objeto desta apreciação.

III. Os Costa Romeu da Fazenda Cauassu

1. História da Fazenda Cauassu



Fazenda Cauassu – Dutra Veloso / Vila Real de São João do Cariri
(Médio Cariri Paraibano – Império do Brasil (1836))

A palavra “Cauassu” advinda do tupi-guarani “caá” (mata) e “assu” ou “guassu” (grande) denotaria “A Mata Grande”. Era aplicada à velha Fazenda desse nome, situada no antigo Cariri de Fora. Esse nome parece aludir à característica da vegetação primitiva de Caatinga ali existente, por ocasião de sua fundação (1836) (Bueno, 1982: 56e79 e a Tradição não-escrita da Família Ramos Correia Lima)

A Fazenda Cauassu situa-se no atual município de Serra Branca / PB. Nela teria nascido o ramo familiar dos Costa Romeu do Cauassu, que configura a Ramificação dos Costa Romeu do Sítio Caboclos

A história da Fazenda Cauassu foi marcada pela tragédia, que ocorrera à família do Capitão-mor Amaro da Costa Romeu. Esta família era constituída de seis filhos, dos quais dois tiveram destaque decisivo neste contexto. Um deles fora o Alferes Amaro da Costa Romeu Júnior (cerca 1818 / 42). Ao tempo do Segundo Reinado do Brasil, este tinha sua casa de morada situada nessa Fazenda. Por ocasião da demarcação legal de suas terras ainda em matas virgens; o Alferes Amaro Romeu Júnior fora emboscado por posseiros, quilombolas “charetas” dessa região. Este episódio tivera por motivação o fato dele ter dado ordem de expulsão dos invasores de suas terras e, destruição de suas roças. Em consequência do atentado Amaro Romeu Júnior viera a falecer oito dias após o confronto, na Vila Real de São João do Cariri para aonde fora levado.

Porém antes de vir a óbito, o Alferes Amaro Romeu Júnior pedira a seu irmão o Capitão Clementino Romeu (1825 / 1917) que casasse com a sua viúva. Desejava

que este assumisse a guarda e a criação de sua única filha, Firmiana da Costa Ramos (Dindinha) (1838 / 1912). Em cumprimento de sua missão, um ano após o episódio o Capitão Clementino Romeu casou-se com a sua cunhada Edvigés da Costa Ramos. Seu casamento realizou-se na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Cabaceiras (1843). Freguesia de que Edvigés era natural. (Medeiros & Medeiros, 1989: 94-99; Leal, 1968:7176; a Tradição familiar e www.wikipedia.org

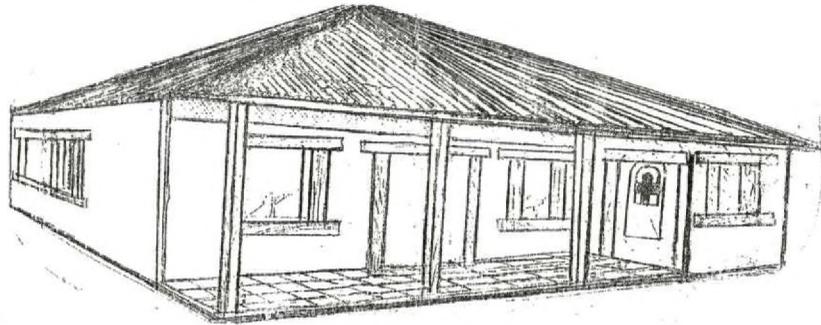


Um rosto para Clementino – neto sobrinho, Arthur Correia Lima expressa bem os traços fisionômicos do seu tio avô Capitão Clementino da Costa Romeu. De ascendência portuguesa, Capitão Clementino tinha sotaque lusitano. Era muito correto, “homem de bom trato,” muito estimado pelos que o conheciam na Vila Real de São João do Cariri / PB. (Fonte: a Tradição Familiar).



Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Cabaceiras /PB. Fundada (1735) por Isabel Rodrigues de Oliveira (1696-1739). Casada com Capitão- mor de Bandeira, Domingos de Faria Castro (cerca 1692). A partir da Capela teria surgido o antigo Povoado de Cabaceiras, atual Cidade sede do Município paraibano desse nome (Fonte: Medeiros & Medeiros, 1989:19, 21-29)

Com o casamento do Capitão Clementino Romeu, uma parte de sua missão estaria completa. Porém faltava a retomada da normalidade dos negócios da Fazenda Cauassu, interrompida há sete anos por aquele episódio. Para cumprir essa parte, o Capitão Clementino adquire as terras do Sítio Caboclos, próximas às daquela Fazenda. Ali, constrói a casa-sede desse Sítio (1850). Como em cumprimento de um voto, em anexo construiu um Quarto de Oração, que consagra a Santo Antonio de Lisboa, “Santo das Causas Impossíveis,” da devoção familiar e traz Edvigés e Firmiana para viverem no novo lar. (Fonte: a Tradição da família).



Desenho da Casa Grande do Sítio Caboclos (1850) - construída pelo Capitão Clementino para dar um novo lar a sua família e cumprir sua promessa a seu irmão moribundo, Alferes Amaro da Costa Romeu Júnior. (1818/42)



Um Rosto para Firmiana Ramos Correia Lima

Firmiana Correia Lima Guimarães (Firmiana IV). É a 5ª geração de descendentes da Ramificação Costa Romeu do Sítio Caboclos. Em sua idade e pelo próximo parentesco, daria uma idéia básica dos traços morfo-genéticos de sua hexavó, Firmiana Ramos Correia Lima.



Um destino selado em São João do Cariri - desse modo, Firmiana teria morado no Sítio Caboclos. Era órfã, filha única do Alferes Amaro da Costa Romeu Júnior. Fora criada por aquele seu avô Clementino da Costa Romeu (Papai-Tino). Porém, não teria ficado por muito tempo no Sítio Caboclos. Precisava estudar e aprender civilidades na Vila Real de São João do Cariri. Conforme os costumes do Império quanto mais cedo melhor era, aprender os padrões requintados (europeus) de comportamento social. Ao ar disso, escolher um bom partido para o casamento. Isso não memoraria muito tempo, como lo go se veria.

Em São João do Cariri, Firmiana conheceria o pretendente - o futuro Patriarca da família Ramos Correia Lima da Fazenda Cauassu. O encontro foi na Festa de Nossa Senhora dos Milagres, a Santa Padroeira local (1855). Essa devoção é celebrada anualmente a cada dia oito de setembro – época do Solstício de Primavera no Cariri paraibano. No passado, era também nessa época que os antigos pagãos celebravam a deusa-mãe, a Terra, no cristianismo a Virgem Maria). Não bastasse a primavera, o

pretendente Genuíno seria de uma excelente estirpe portuguesa de Goiana – a Tradicional Família Correia local. Era um acadêmico de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito de Recife. Este era um exímio violonista. Costumava tocar melodiosas músicas do Cancioneiro, português ainda em uso no Império. Decidiram-se casar poucos meses depois, naquele ano.



Igreja de Nossa Senhora dos Milagres – Padroeira do Município de São João do Cariri / PB. Fundada por Jesuítas Capuchinhos franceses , nos primeiros anos de 1700. Nela teriam casado Genuíno Correia Lima e Firmiana da Costa Ramos no final do ano de 1855. (Fonte: a Tradição Familiar e Rietveld, 1999:58-60)



Dr. Genuíno Correia Lima - Patriarca da família Correia Lima da Fazenda Cauassu de Serra Branca / PB. Provável descendente da tradicional família Correia de Goiana / PE. Casado com Firmiana da Costa Ramos, da tradicional família Costa Ramos / São João do Cariri- PB. Bel. pela Faculdade de Direito de Recife. Turma 1857. Juiz Municipal e de Órfãos da Vila Real de São João do Cariri / Vila de Cabacemas (1858 e 1864). Juiz de Direito da Comarca de Cuité/ Soledade (em torno 1872). Juiz de Direito da Vila de Boa Vista / PE, onde falecera em viagem de trabalho aos 57 anos (Fonte: Medeiros & Medeiros, 1989:98 e a Tradição Familiar).

Sinopse dos Filhos do Casal: Dr. Genuíno Correia Lima e Firmiana Ramos Correia Lima

1ª Maria Fortunata Correia Lima Guimarães (Lília) nascida cerca 1856 / falecida 1934 - Sítio Caboclos de Serra Branca / PB

2º. Enéas Ramos Correia Lima nascido 1858 / falecido 1938 – Povoado de Sumé / Cariris Velhos

3º. Amaro Ramos Correia Lima nascido cerca 1859 / falecido final 1930/40 – Fazenda Coroa Branca de Serra Branca / PB.

4º. Edviges Brites da Veiga Lima ou Correia Lima de Azevedo Cisnes nascida cerca 1860 / 61 falecida final 1940. Provavelmente na Vila Real / Brejo de Areia PB.

5ª. Dionísia Filadélfia Correia Lima (Dudu) nascida cerca 1862 / falecida final 1920 - Sítio Malhadinha de Serra Branca / PB.

6ª. Mariana Flora Correia Lima Moreira (Maninha) nascida cerca 1863 / falecida 1948 – Fazenda Aguiados de Serra Branca / PB.

7ª. Ana Correia Lima de Freitas (Nanu) nascida 1864 / falecida 1917 - Sítio Serrinha de Serra Branca / PB.

8.º Bento Correia Lima nascido 1865 / falecido final 1940 - Fazenda Cauassu de Serra Branca / PB.

9º. Clementino Ramos Correia Lima nascido 1867 / falecido 1958 - Sítio Água Doce de Serra Branca / PB.

10ª. Vitória Jacynta Castor Correia Lima (Vitorinha) nascida 1868/69 / falecida 1953 - Fazenda Espírito Santo de Soledade / Agreste- PB.

11ª. Inácia Evangelina da Veiga Lima ou Correia Lima Vilar (Inacinha) nascida cerca 1871 / falecida cerca 1927 - Sítio Farias de Serra Branca / PB.

12ª. Ambrosina Magna Ramos Correia Lima (Bosina) nascida 1875 / falecida década 1960 - Sítio Água Doce de Serra Branca / PB.

13.ª Maria das Mercês Correia Lima de Oliveira (Santinha) nascida 1877 / falecida década. 1940- Recife PE.

14º. Salathiel Ramos Correia Lima nascido 1878 / falecido cerca 1910 - Sítio Macambira do Distrito de Sucuru de Serra Branca / PB.

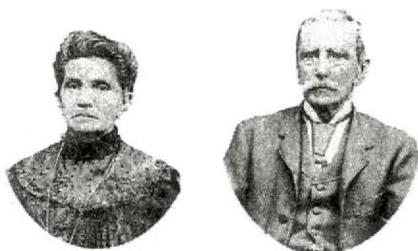
15º. Arthur Correia Lima 1882 / falecido década. 1940 - Sítio Caboclos de Serra Branca / PB.

2. A Família Ramos Correia Lima da Fazenda Cauassu

Esta família que surgira do casamento de Firmiana da Costa Ramos e Dr. Genuíno Correia Lima tivera uma prole de quinze filhos, nascidos entre os anos de 1856 e 1882. Estes filhos consistem em:

1º) Maria Fortunata Correia Lima Guimarães (Lilia) (cerca 1856-1934) - nascida na Fazenda Cauassu. Casou com Faustino de Sousa Guimarães (cerca 1855-1935), da Fazenda Algodoads da Vila Real de São João do Cariri / PB. Seus antepassados seriam originários da Cidade de Guimarães, conhecida como berço do Povo lusitano. O casal vivera no Sítio Caboclos de Serra Branca / PB, em companhia de seus tios-avós Capitão Clementino e sua esposa Edvigés da Costa Ramos / Fazenda Ipuera da Vila de Cabaceira. O casal deixou uma descendência de seis filhos: 1º) Severino Correia Lima Guimarães (cerca 1874); 2º) Genuíno Correia Lima Guimarães (Sr. Lima) (cerca 1882); 3º) José Correia Lima Guimarães (cerca 1891) (Zéu); 4º) Josefa Guimarães Lima (1891-1973) (Finfa); 5º) Maria Guimarães Correia Lima (cerca 1894—anos 1970) (Mariinha) e 6º) Firmiana Guimarães Lima (cerca 1897-anos 1950) (Sinhá). (www.tuel.pt/portugal-mapa.jpg e dados familiares).

2º) Enéas Ramos Correia Lima (1858-1938) - casado com Secondina Silva Correia Lima (Mocinha) (1877-1976), ambos sepultados em Serra Branca / PB. Moraram no antigo Povoado do atual Município paraibano de “Sumé”. Esse nome seria designativo de um ente civilizador do primitivo contexto indígena local. Desse povoado de Sumé, o casal mudou para a Cidade de Campina Grande. Ali Enéas se aposentou como Fiscal de Rendas do Estado da Paraíba, após muitos anos de trabalho nessa função. O casal deixara uma descendência de quatro filhos: 1º) Enéas Correia Lima Filho (Paizinho); 2º) Inácia Silva Correia Lima (Yayá); 3º) Ana Correia Lima Neves (Ninã) e 4º) Genuíno Correia Lima. (Bueno, 1982: 296 e dados familiares)



Amaro Ramos Correia Lima e Maria do Carmo Maroja Correia Lima (Maroca)

3º) Amaro Ramos Correia Lima - nascido na Fazenda Cauassu (cerca 1859) e falecido no final da década de 1930. Casou com Maria do Carmo Maroja Correia Lima (Maroca) (cerca 1861). Esta

era originária do antigo Sítio Chaves do atual Município de Gurinhém / Agreste Paraibano. O nome do referido município parece originar-se do vocábulo tupi-guarani “Guira-nheem,” denotando “O Recanto dos Pássaros. O casal vivera no Sítio Coroa Branca, situado a três quilômetros do atual Município de Coxixola. Por sua vez, esse vocábulo seria a aglutinação de “cô” (a roça), xi advindo de “y-chi” (água, rio) e “choró” (correntosa, ruidosa), resultando no termo “Cô-ychi-choró”. Uma provável alusão à roça entre os rios correntes no inverno, onde se teria situado no começo a Cidade. Pela sua proximidade, os descendentes de Amaro e Maria do Carmo Correia Lima se consideram como sendo desse Município Paraibano. O casal tivera uma descendência de quatro filhas: 1ª) Severina Maroja Guimarães (Minosa) (cerca 1878); 2ª) Dionísia Correia Lima Costa (cerca 1882); 3ª) Maria Maroja Correia Lima (Sindá) (cerca 1886) e 4ª) Francisca Correia Lima de Medeiros Ramos (Yayá) (cerca 1890). (Fonte: dados familiares e Bueno, 1982: 99, 100, 132, 358, 531 e 607)

4º) Edvigés Brites Correia Lima (1860 / 61) - nascida na Fazenda Cauassu. Pois, contaria com cerca de vinte e cinco anos no falecimento de seu pai, o Dr. Genuíno Correia Lima (1885). Esta teria casado com Antonio Fialho de Azevedo Cisnes. Originário provavelmente do Brejo Paraibano, já que seus sobrenomes apontam para ascendências familiares dessa região. O casal tivera os filhos: Josefa, Francisco; Rita e Sebastião de Azevedo Cisnes. Edvigés talvez tenha falecido ao final dos anos de 1940, tempo em que costumava escrever para sua irmã mais nova, Ambrosina Magna Ramos Correia Lima. Pelo lapso dos vínculos familiares, nada se sabe atualmente a respeito de seus descendentes. (Fonte: Dados Familiares e Bastos, 1954/55: 448-547, 558-561 e 723-724).

5º) Dionísia Filadélfia Ramos Correia Lima (Dudu) - nascida na Fazenda Cauassu. (1862). Estaria com vinte e quatro anos de idade por ocasião da morte paterna aludida. Era solteira. Vivía com parentes no Sítio Malhadinha, situado a cerca de quatro quilômetros, ao Sudeste do atual Município de Serra Branca. Aquela herdade lhe coubera por inventário paterno. Em função de uma grande estiagem (1915) Dionísia trouxera para morar consigo o jovem sobrinho Antonio Vilar Correia Lima (Tôca). Esta viera a falecer no final dos anos de 1930. O Sítio da Malhadinha ficou para o sobrinho Antonio Vilar, que ali viera a constituir a sua própria família. (Fonte: a Tradição da Família Correia Lima).



6ª Mariana Flora Correia Lima Moreira (Maninha) (1863-1948) - nascera na Fazenda Cauassu. Casou com Severino Moreira da Fazenda Aguiados, situada a cerca de três quilômetros a Leste da atual Cidade de Serra Branca / PB. O Casal tivera o filho único Genuíno Correia Lima Moreira (1906). Casado com a prima Josefa Vilar Moreira (1909) (Dedé) Este casal tivera cinco filhos: 1º Alaíde Moreira Vilar Pereira; 2º Severino Vilar Moreira (Nenzinho), casado com Maria Inês Limeira Vilar, tendo os filhos Damon Hallder e Dyála Limeira Vilar; 3º Aládia Moreira Formiga; 4º Genuíno Moreira Filho e 5º Adeflde Moreira Ribeiro. (Fonte: dados familiares)

7ª Ana Correia Lima (Nanu) (1864-1917) - nascida na Fazenda Cauassu. Casou com Sebastião de Freitas (Sebastião do Padre). Moraram no Sítio Serrinha, situado na cercania Norte de Serra Branca. No presente essas terras foram incorporadas pela Cidade. O Casal deixou uma descendência de quatro filhas: 1ª Inácia de Loyola Correia Lima de Freitas (Loínha); 2ª Natália Correia Lima de Freitas; 3ª Maria Malêu de Freitas Araújo e 4ª Angelina de Freitas Araújo (Fonte: dados familiares).



8ª Bento Ramos Correia Lima (Velho Bentinho) (1865) - nasceu e viveu na Fazenda Cauassu que obtivera por herança dos pais. Ao falecer o seu pai, o Dr. Genuíno Correia Lima (1885), Bento assumira a administração da faina de sua produção agropecuária, a cargo de pelo menos uma dúzia de escravos e / ou agregados. Por causa disso, ali decidira viver e tomar conta dos demais irmãos menores e de sua mãe. Desse modo, casou com sua

prima e morou no Cauassu. Sua esposa Emerenciana da Costa Ramos morreu de parto (1887), deixando-lhe duas filhas. Dessas filhas, Olga Ramos Correia Lima faleceria como a mãe em complicações de um parto. Com tantas demandas, Bento deixou-se ficar nesta Fazenda e ali falecera em avançada velhice. (Dados da Tradição Familiar)



9ª Clementino Ramos Correia Lima (1867 / 1958) - nascera na Fazenda Cauassu. Casou com a prima Luísa de Medeiros Ramos (1886 / 1934) (Luzinha) natural da Vila Real de São João do Cariri. Esta era filha de Dr. Domingos da Costa Ramos (Dr. Mingu) (1840-1913), nascido na Fazenda Ponta da Serra desta Vila. Formado em Direito pela Faculdade de Recife. (Turma 1867). Este foi Promotor Público de Lagoa Nova / PB (1879) Juiz de Direito da Comarca de Cuité / PB. (1891). Dr. Domingos casou com Maria Joaquina de Medeiros Ramos (Sinhá) (1848-1936), natural de Areia / PB. Esta era filha do

Coronel da Guarda Nacional Luís Vicente de Medeiros (cerca (1823 / 88) e Josefa de Farias Medeiros ((1827 / 78). O Dr. Domingos da Costa Ramos era filho de Major Domingos da Costa Ramos (1797-1878). Este era casado com a prima Emerenciana Maria de Paiva Ramos (Merencinha) (1815/85) da Freguesia dos Milagres. O Major Domingos da Costa Ramos atuava no agronegócio de produção escravista e exportação de algodão, na segunda metade do século XIX. Clementino vivia da agropecuária em sua Fazenda Água Doce com trabalho de agregados meeiros. Clementino tivera três filhos Josefa, Roque e Mena de Medeiros Ramos. Destes Josefa casada com o pernambucano Joaquim Borba filho tivera descendentes associadas por laços matrimoniais a estirpe dos Costa Romeu do Sítio Caboclos, como posteriormente será visto. (Medeiros & Medeiros, 1989:22, 278 287; Magnoli & Araújo, 2002: 92; e a Tradição Familiar)..



10ª Vitória Jacynta Castor Correia Lima (Vitorinha) - nascida na Fazenda do Cauassu entre 1868 / 69 e falecida em 1953. Casou com Emiliano Castor de Araújo Filho, nascido em cerca de 1864 e falecido entre 1948 / 49. O casal Emiliano Castor Filho e Vitória Jacinta Castor vivera na Fazenda Espírito Santo, herdade que perpassa a várias gerações de familiares desde o início

do Império. Emiliano Castor era o quinto filho do Dr. Emiliano Castor de Araújo (1829 / 96), descendente da genealogia do Solar Santa Rosa de Boa Vista / PB, criada pelo Patriarca do Engenho Ipojuca / PE Paulo Soares e Adriana de Oliveira Ledo (cerca

1671). Esta filha do pioneiro desbravador e colonizador do interior paraibano, Teodósio de Oliveira Ledo (1650/1732). O Dr. Emiliano Castor de Araújo era Bacharel, pela Faculdade de Direito de Recife na Turma do ano 1857, a mesma do seu amigo e contraparente Dr. Genuíno Correia Lima, já abordado (Almeida, 1978: 266-271; Medeiros & Medeiros, 1989: 95-96 e dados familiares).

Os Filhos de Inácia Evangelina



11º Inácia Evangelina Correia Lima (Inacinha) (1871) nascida na Fazenda Cauassu. Casou com Bento Augusto Vilar de Carvalho do antigo Povoado de Batalha, atual Taperoá /PB. Seus antepassados podem ser patricios portugueses emigrados da Cidade de Batalha / Região de Lisboa. O Casal vivera no Sítio Farias de Serra Branca / PB. Tivera a descendência dos doze filhos da foto, a partir da última fila, da direita para a esquerda: 1º Severino; 2º Amélia; 3º Mariano; 4º Inácia; 5º Francisco; 6º Genuíno; 7º Antonio; 8º Anísio; 9º Maria; 10º Josefa; 11º Amaro e 12º José último dos filhos ainda vivo. Recentemente falecido (1916-2008). (Fonte: dados oferecidos por descendentes colaboradores e www.tuel.pt/portugal-mapa.jpg).

12º Ambrosina Magna Ramos Correia Lima (Bosina) (1875) - Solteira, morou nas Fazendas Cauassu e Água Doce. Falecera nos anos 1960 em avançada velhice. (Fonte: dados familiares)

13º Maria das Mercês Correia Lima de Oliveira (Santinha) - nascera (1877) na Fazenda Cauassu. Casou com o pernambucano Inocêncio de Oliveira. O casal fixara residência em Recife. Tivera os dois filhos Afonso (cerca 1895) e Abílio (cerca 1897) Correia Lima de Oliveira. Maria das Mercês teria falecido nos anos 1940. Desconhecem-se maiores informações sobre sua descendência. (Fonte: dados familiares).

14º Salathiel Ramo Correia Lima - nasceu na Fazenda Cauassu (1878). Casou com Maria de Barros Correia Lima, natural do Município paraibano de Sumé. O casal vivera em sua Fazenda Macambira do Distrito de Sucuru, pertencente ao Município de Serra Branca / PB Os vocábulos “macambira” e “sucuru” dizem respeito a um tipo de caruá ou fibra e a um tipo de cobra aquática da região, respectivamente. Salathiel Ramos Correia Lima falecera cedo, sem deixar descendentes conhecidos. (cerca 1910). (Bueno, 1982:189 e 296 e a Tradição Familiar).

15º Arthur Correia Lima - nascera no Cauassu (1882). Fora o caçula do casal Firmiana e Genuíno Correia Lima. Casara (1915) com sua sobrinha Maria Correia Lima. Vivera no Sítio Caboclos e falecera na década de 1940. Arthur mandara restaurar o velho quarto de oração do Capitão Clementino da Costa Romeu. Para isso, erguera uma capela no local com vista a preservar o antigo altar. Desse modo, este permanecera o mesmo desde o passado em que fora construído (1850). (Fonte dados da Tradição Familiar).

DISPERSÃO INICIAL DOS DESCENDENTES DA FAMÍLIA
RAMOS CORREIA LIMA



IV. Ramificações dos Costa Romeu do Sítio Caboclos

A Ramificação dos Costa Romeu do Sítio Caboclos é formada pelas famílias de: Maria Fortunata Correia Lima Guimarães, Arthur Correia Lima e de certo modo Clementino Ramos Correia Lima. Estes constituem filhos do casal Firmiana da Costa Ramos e Dr. Genuíno Correia Lima da Fazenda Cauassu, responsáveis diretos pelo surgimento da Ramificação dos Costa Romeu do Sítio Caboclos, como demonstraremos a seguir:

Descendentes de Maria Fortunata Correia Lima Guimarães



Maria Guimarães, Firmiana Lima, Anita Leite com Firmiana na velhice, Gesci Borba e Érika Cristina Brito

I. MARIA FORTUNATA CORREIA LIMA GUIMARÃES consiste no primeiro filho do casal Firmiana e Dr. Genuíno Correia Lima. Do seu casamento com Faustino de Sousa Guimarães foram pais dos seis filhos seguintes:

I.1 - SEVERINO CORREIA LIMA GUIMARÃES nascido em cerca de 1874, no Sítio dos Caboclos de Serra Branca PB. Casou-se com Severina Maroja Guimarães (Mimosa), do Sítio Coroa Branca, viveram inicialmente no Sítio Caboclos, mudando posteriormente para o Sítio Feitosa de Serra Branca. O casal não tivera filhos.

I.2 - GENUÍNO CORREIA LIMA GUIMARÃES (Sr. Lima), nascido em cerca de 1882, no Sítio Caboclos; era músico; casado com Dalva Guimarães; sem filhos; casamento que não deu certo, indo ele morar em João Pessoa, onde falecera.

I.3 - JOSÉ CORREIA LIMA GUIMARÃES (1891) (Zéu), casou com Severina Mota Guimarães (Nazinha), irmã do Sr. Severino Mota de Serra Branca. O casal viveu nos Caboclos, não tendo filhos.

1.4 - JOSEFA GUIMARÃES LIMA (Finfa) (1891-1973) era irmã gêmea de José Correia Lima Guimarães; casou com Ângelo Custódio de Lima (Anjo) (1887-1970); viveram nos Caboclos, tendo os filhos:

1.4.1 – JOSÉ GUIMARÃES LIMA (Dezinho), casado com Josefa Rolim Guimarães (Carminha), já falecida. O casal viveu em Serra Branca PB, onde Dezinho ainda reside bastante lúcido; tendo oito filhos:

1.4.1.1 – JUDITH GUIMARÃES DOS SANTOS casada com Pedro Isidório dos Santos. Mora no Rio de Janeiro; tendo três filhos: Tadeu, Aldo e Fernando Guimarães dos Santos; todos casados; já tendo netos e bisneto.

1.4.1.2 – JOEL ROLIM GUIMARÃES casado com Mariza Guimarães; tendo os filhos: Ana Cristina e Alexandre Guimarães; todos moram no Rio de Janeiro.

1.4.1.3 – JOSILDO ROLIM GUIMARÃES casado com Márcia Guimarães. São seus filhos: Carlos Eduardo e Carlos Eugênio Guimarães; residentes no Rio de Janeiro.

1.4.1.4 – JOSÉ ROLIM GUIMARÃES casado com Odaci Guimarães, tendo os filhos: Rodrigo, Thiago e Thaís Guimarães; residentes em João Pessoa

1.4.1.5 – JAIR ROLIM GUIMARÃES casado com Célia Guimarães; residentes em Serra Branca.

1.4.1.6 – JANDUÍ ROLIM GUIMARÃES casado com Diva Guimarães; tendo as filhas: Priscila Karina e Thatiane Guimarães, que moram em São Paulo.

1.4.1.7 – JOSENILDO ROLIM GUIMARÃES casado com Jaqueline Guimarães, tendo as duas filhas: Maria Eugênia e Mariana; residentes em Campina Grande.

1.4.1.8 – JACKSON ROLIM GUIMARÃES solteiro mora no Rio de Janeiro.

1.4.2 – ASTÉRIA GUIMARÃES MEIRA casada com Antônio Meira Cavalcante, ambos falecidos. Viveram em João Pessoa PB; deixando uma descendência de sete filhos.

1.4.2.1 – MARIA DE LOURDES MEIRA CABRAL casada com Manoel Hugo Costa Cabral, natural do Maranhão; o casal teve os três filhos:

1.4.2.1.1 – ROSILDA MEIRA FALCÃO casada com Niedson Albuquerque Falcão, residentes em João Pessoa PB, tendo a filha Maria Clara Meira Falcão.

1.4.2.1.2 – ASTÉRIA MEIRA SANTOS casada com Alex da Silva Santos natural do Rio de Janeiro; residindo em João Pessoa, tendo os filhos: Alex da Silva Santos Junior e Alexandre Meira Santos

1.4.2.1.3 – HUGO MEIRA CABRAL – casado com Leidiane Silva Vasconcelos Meira; residentes em João Pessoa, tendo a filha Luana Vasconcelos Meira.

1.4.2.2 – LUIZ GUIMARÃES MEIRA casado com Lucy Dalva Sousa Meira, residente no Maranhão, tendo o filho Marcos Sousa Meira.

1.4.2.3 – ANTÔNIO MEIRA FILHO casado com Maria de Lourdes Gonçalves, em João Pessoa; tendo os filhos: Joelson e Joalisson Gonçalves Meira. Segunda união: com Maria de Lira Meira residente em João Pessoa, tendo os filhos: Lorena, Marcelo, e Tammy Lira Meira.

1.4.2.4 – ANSELMO GUIMARÃES MEIRA casado com Vera Lúcia Gomes Meira, residentes em João Pessoa, tendo os filhos: André Luís e Caroline Gomes Meira.

1.4.2.5 – CÉLIA GUIMARÃES MEIRA casada com Antônio Barbosa, natural de Mamanguape PB; separados, tendo as filhas: Iara Lúcia Guimarães Meira e Adriana Barros Meira (da segunda União).

1.4.2.6 – GICÉLIA GUIMARÃES MEIRA separada, tendo o filho: Thiago Guimarães Meira de João Pessoa e a filha Ana Beatriz, residente em Recife PE

1.4.2.7 – EUGÊNIO PACELLI GUIMARÃES MEIRA solteiro, residente em João Pessoa PB.

1.4.3 – HERONIDES GUIMARÃES LIMA falecido; casado com Zildomira de Andrade Lima, do Sítio Macapá / Serra Branca PB; viveram em Serra Branca; tendo os quatorze filhos vivos:

1.4.3.1 – ÁLVARO GILMAR DE ANDRADE GUIMARÃES falecido; casado com Marlene Guimarães, residente em Serra Branca; tendo os filhos: Ilca, Quelson e Camila Guimarães

1.4.3.2 – GENEIDE DE ANDRADE GUIMARÃES solteiro, residente em Serra Branca com a mãe Zildomira de Andrade Lima

1.4.3.3 – JOSÉ GINALDO DE ANDRADE GUIMARÃES solteiro; falecido no Rio de Janeiro.

1.4.3.4 – GILVANETE DE ANDRADE GUIMARÃES casada com Waldir Valentino que residem no Rio de Janeiro; tendo os filhos George, Stephane e Tatiane Guimarães Valentino.

1.4.3.5 – ÂNGELO GILDO DE ANDRADE GUIMARÃES casado com Celina Barbosa Guimarães; residentes no Rio de Janeiro; tendo a filha: Gildilane Guimarães Barbosa.

1.4.3.6 – MARIO GILSON DE ANDRADE GUIMARÃES solteiro; reside no Rio de Janeiro.

1.4.3.7 – JOSEFA GILMA DE ANDRADE GUIMARÃES NEVES casada com Jailson Bezerra Neves; residentes em Campina Grande; tendo os quatro filhos: Irailson, Iranilson, Iranilma e Irailma de Andrade Neves.

1.4.3.8 – GIZELMA DE FÁTIMA ANDRADE GUIMARÃES, casada com Raminho Nunes do Macapá / Serra Branca PB; residentes em Recife; tendo os dois filhos: Fabiana e Fábio Guimarães Nunes

1.4.3.9 – MARIA GIZETE DE ANDRADE GUIMARÃES residente no Rio de Janeiro

1.4.3.10 – ANTÔNIO GIZEMAR DE ANDRADE GUIMARÃES casado com Maria Aparecida Aleixo; residentes em São Paulo; tendo os dois filhos: Diogo e Guilherme Guimarães Aleixo.

1.4.3.11 – JOSÉ GILVAN DE ANDRADE GUIMARÃES casado com Goreti Almeida Guimarães; residentes em Serra Branca; tendo os três filhos: Isabelly, Renally e Sibelly Almeida Guimarães.

1.4.3.12 – MARIA DAS GRAÇAS DE ANDRADE GUIMARÃES casada com Bartolomeu Basto; residentes em São Paulo, tendo dois filhos: Gilliard Guimarães Basto, residente em Serra Branca e Mariana Guimarães Basto, residente em São Paulo

1.4.3.13 – MARIA JOSÉ DE ANDRADE GUIMARÃES solteira; residente no Rio de Janeiro.

1.4.3.14 – ALBERTO GUILERME DE ANDRADE GUIMARÃES solteiro; residente em São Paulo.

Nota: no ano 2007 o casal Eronides e Zildomira Guimarães contava já com vinte e nove netos e nove bisnetos.

1.4.4 – JOSÉ DA PAZ GUIMARÃES LIMA falecido, casado com Maria do Socorro Oliveira Guimarães, filha do Sr.º Adelino Oliveira de Serra Branca; o casal viveu em Campina Grande; tendo os filhos:

1.4.4.1 – CRISTINA GUIMARÃES COUTO casada com Domingos Sávio Resende Couto; residem em Campina Grande; tendo dois filhos:

1.4.4.1.1 – AMANDA GUIMARÃES COUTO Licenciada em Comunicação Social e Letras residentes em Campina Grande.

1.4.4.1.2 – HEITOR PEDRO GUIMARÃES COUTO estudante. Reside em Campina Grande

1.4.4.2 – ROBÉRIA OLIVEIRA GUIMARÃES formada em Administração; solteira; residente em Campina Grande.

1.4.4.3 – JOSÉ DA PAZ GUIMARÃES JÚNIOR casado com Nadja Moura de Sousa; morando em Paulo Afonso BA; tendo os filhos: Yann, Hannah e Sthefanie Moura Guimarães; estudantes em Campina Grande.

1.4.5 – BENTO GUIMARÃES LIMA residente em São Paulo

1.4.6 – ÂNGELO CUSTÓDIO GUIMARÃES LIMA (Anjinho); falecido; casado com Creuza Queiroz de Almeida; moravam em Campina Grande com os filhos:

1.4.6.1 – EDNALDO QUEIROZ LIMA casado com Dayana Maria Correia da Silva Queiroz, tendo a filha: Maria Ellen Queiroz da Silva.

1.4.6.2 – MARIA ÂNGELA QUEIROZ DE LIMA PESSOA casada com Ricardo Pessoa Araújo; morando em Campina Grande; tendo a filha Rikelly Queiroz Pessoa

1.4.6.3 – ROSEANE QUEIROZ TARGINO casada com Valderlei Targino Alves; moram em Campina Grande; tendo os filhos: Arthur e Juan Queiroz Targino Alves

1.4.6.4 – ROSÂNGELA QUEIROZ DE LIMA MELO casada com Fábio de Melo Silva; morando em Campina Grande; sem filhos.

1.4.6.5 – ELISÂNGELA QUEIROZ DASILVA casada com Alexandro Pereira da Silva; residentes em Campina Grande; sem filhos.

1.4.7 – CILENE GUIMARÃES LIMA falecida casou com Sebastião Cristóvão. Residentes em Recife, com cinco filhos:

1.4.7.1 – MARIA DAS GRAÇAS GUIMARÃES CRISTÓVÃO viúva, residente em Recife.

1.4.7.2 – SEBASTIÃO GUIMARÃES CRISTÓVÃO FILHO (não foi possível obter maiores informações).

1.4.7.3 – ANA LAINE GUIMARÃES CRISTÓVÃO (s/ dados)

1.4.7.4 – SANDRA GUIMARÃES CRISTÓVÃO residente em Recife.

1.4.7.5 – MARIA APARECIDA GUIMARÃES CRISTÓVÃO residente em Recife.

1.5 – MARIA GUIMARÃES CORREIA LIMA (Mariinha) nascida por volta 1894 e falecida nos anos de. 1970. Casou em cerca de 1915, com seu tio Arthur Ramos Correia Lima. Este nasceu em 1882 e faleceu nos anos de. 1940). Era o filho caçula do casal Firmiana e Dr. Genuíno Correia Lima.

1.6 – FIRMIANA GUIMARÃES LIMA (Sinhá / Firmiana III) – nascida em cerca de 1897 e faleceu nos anos de 1950. Era casada com José Francisco Custódio de Lima, natural de Riacho Fundo no Município paraibano de Barra de São Miguel PB. Ambos são falecidos; viveram no Sítio Caboclos e tiveram os filhos:

1.6.1 – ANITA GUIMARÃES LEITE nascida em cerca de 1916, casada com Pedro de Sousa Leite; sem filhos; o casal morou no Rio de Janeiro; falecidos.

1.6.2 – ELOI GUIMARÃES LIMA nascido em 1918; ainda vivo; aposentado; natural da Fazenda Caboclos; casado com a prima a Pedagoga, Professora aposentada Gesci Borba Lima; nascida em 1931 no Sítio Aliados / Serra Branca PB; residentes nessa cidade, tendo os seis filhos

1.6.2.1 – ESAU BORBA GUIMARÃES Engenheiro Civil; casado com Zuleide Arruda Santiago Guimarães, Licenciada em Letras, com Mestrado nessa área pela UFCG, Professora do Ensino Médio e Oficial de Justiça, ambos Evangélicos; residentes em Campina Grande; tendo os filhos: Estevão e Sintique de Arruda Guimarães.

1.6.2.2 – MARIA DO SOCORRO GUIMARÃES ARAÚJO Pedagoga, Professora da UFPB; casada com Luis Alberto de Sousa Araújo (Beto), formado em Biblioteconomia, Funcionário da UFPB; residentes em João Pessoa, tendo os filhos:

1.6.2.2.1 – PATRÍCIA GUIMARÃES ARAÚJO solteira, Bióloga com Mestrado em Oceanografia pela UFPE; Funcionária concursada da Organização das Nações Unidas – ONU. Coordenadora dos trabalhos de preservação das algas marinhas no Litoral paraibano, a serviço dessa Instituição. Professora da Universidade Federal da Paraíba / Campo Litoral Norte. (2008).

1.6.2.2.2 – EDUARDO GUIMARÃES ARAÚJO solteiro; formado em Comunicação Social: Publicidade e Propaganda; residente em João Pessoa.

1.6.2.3 – HELOÍSA BORBA GUIMARÃES DE BRITO Psicóloga, casada com Pedro Lins de Brito, formado em Contabilidade, Empresários residentes em João Pessoa, tendo os filhos:

1.6.2.3.1 – ERICKSON ELÓI BORBA BRITO estudante de Administração de Empresas, empresário, casado com Aluska Maria Santos Gondim Brito, residentes em João Pessoa, sem filhos.

1.6.2.3.2 – ERIKA CRISTINA BORBA BRITO Formada em Engenharia Civil / UFPB, solteira; residente em João Pessoa.

1.6.2.4 – ANTÔNIO BORBA GUIMARÃES Engenheiro Civil; Prefeito do Campus I da UFPB, casado com sua prima Nila Maria de Sousa Lima Guimarães. O casal reside em João Pessoa; tendo os filhos:

1.6.2.4.1 – HALLEY ARTHUR CORREIA LIMA GUIMARÃES solteiro; formado em Comunicação Social (Publicidade e Propaganda) funcionário concursado da UFPB residente em João Pessoa.

1.6.2.4.2 – FIRMIANA CORREIA LIMA GUIMARÃES – (Aninha/Firmiana IV) solteira, estudante de Psicologia, residente em João Pessoa.

1.6.2.5 – JOSÉ BORBA GUIMARÃES (Zito), estudante de Direito, comerciante; casado com sua prima Patrícia Borba Vilar. Esta é Advogada, Mestre em Ciência da Sociedade / UEPB. Tem Especialização em Direito Constitucional. É Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte / UFRN. O casal reside em Natal; tendo os filhos:

1.6.2.5.1 – CAROLINA BORBA VILAR GUIMARÃES (1991)

1.6.2.5.2. – CAIO JOSÉ BORBA VILAR GUIMARÃES (1993)

1.6.2.5.3 – CECÍLIA BORBA VILAR GUIMARÃES (1999)

1.6.2.6 – ZILMA MARIA BORBA GUIMARÃES solteira, residente com seus pais em Serra Branca.

Nesses consistem os descendentes de Maria Fortunata Correia Lima Guimarães, matriarca dos Correia Lima Guimarães, componentes da Ramificação dos Costa Romeu do Sítio Caboclos. (Fonte: informações de familiares).

Arthur e sua esposa Maria Correia Lima Guimarães



2. ARTHUR CORREIA LIMA consiste no filho caçula do Casal Firmiana e Dr. Genufno Correia Lima. Do seu casamento com Maria Correia Lima Guimarães tiveram os dois filhos que como os da irmã Maria Fortunata participam da formação da Ramificação dos Costa Romeu do Sítio Caboclos, como se demonstrará a seguir.

Descendentes de Arthur Correia Lima e Maria Correia Lima Guimarães



José Correia Lima Sobrinho (Decêu) (1916 / 2008) ao centro com sua esposa e prima Cecy Borba Correia Lima e os Sobrinhos. A partir da direita: José Leonardo, José Arnaldo, José Inaldo, José da Guia, José Roberto, Maria do Socorro e Nila Maria. Festa de comemoração dos 90 anos, por ocasião da Celebração da Devoção de Santo Antonio de Lisboa. Santo da devoção familiar dos Costa Romeu desde 156 anos atrás a partir de 1850

2.1. JOSÉ CORREIA LIMA SOBRINHO (Decêu), funcionário aposentado dos Correios e Telégrafos de Serra Branca, nascido em 1916; caçula e único filho vivo atualmente de Arthur Correia Lima. Casou com sua prima Cecy Borba Correia Lima (Neném) (9.1.4), nascida em 1934; em Serra Branca; Geógrafa, Licenciada em Estudos Sociais, com Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Professora aposentada do Ensino Fundamental e Médio, com Curso de Museologia pelo Conselho Nacional de Pesquisa – CNPQ/ MEC e Fundação Joaquim Nabuco / PE. Foi Diretora e Coordenadora dos serviços do Museu, Biblioteca e Projetos Artesanais da Casa de Cultura Pe. João Marques Pereira de Serra Branca, fundada em 1984 pelo então Reitor Berilo Ramos Borba, através de convênio, firmado entre a UFPB / Prefeitura Municipal de Serra Branca. O Casal Cecy e José Correia Lima residia em Serra Branca, onde continuava a viver Cecy Borba Correia Lima. O casal não tivera filhos.

2.2 – ARTHUR CORREIA LIMA FILHO (Paizinho) falecido em 1980; casado com Luíza Sousa Lima, ainda viva, nascida em 1924; o casal morava em Serra Branca, onde teve os seguintes filhos:

2.2.1 AGRINALDO SOUSA LIMA, Médico, dono da Clínica de Fraturas de Campina Grande, casado com a Dentista Maria de Fátima Sobral Souza Lima; moram em Campina Grande, tendo os filhos:

2.2.1.1 – ELISAMA SOBRAL SOUSA LIMA; com o Curso de Relações Internacionais, solteira, residente em Florianópolis / SC.

2.2.1.2 – SÂMIA SOBRAL SOUSA LIMA, Dentista, solteira, residente em Campina Grande.

2.2.2 – JOSÉ LEONARDO SOUSA (CORREIA) LIMA (1946) comerciante, casado com Maria das Dores Dario Correia Lima, Professora Licenciada em Matemática. Filha de Josefa Dario de Farias (1916) de Cabaceiras e Sebastião Dario de Oliveira (1940) de Serra Branca. Conforme Medeiros (1989), Maria das Dores é a oitava geração em descendência direta do Capitão-mor português Domingos de Faria Castro e Isabel Rodrigues de Oliveira, fundadores de Cabaceiras (1735). José Leonardo e sua esposa residem em Serra Branca, tendo quatro filhos:

2.2.2.1 – EMERSON DARIO CORREIA LIMA (1973) Advogado, foi casado com Adriana Dantas Correia Lima, também Advogada natural de Caicó RN. Seu segundo casamento é com Francilda Correia Lima, Professora do Ensino Fundamental; residentes em Ouro Velho PB, tendo o filho Arthur Correia Lima Trineto

2.2.2.2 – CAMILA SOUSA GOMES, Engenheira da Agência Nacional de Telecomunicações ANATEL / DF; casada com Tércio Antonino Gomes, com o Curso de Farmácia e Bioquímica; natural do povoado do Ligeiro/Serra Branca. O casal reside em Brasília, onde Camila já conta como um filho.

2.2.2.3 – FELLIPE DARIO CORREIA LIMA (1980) universitário do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FACISA de Campina Grande; casado com Claudiana Diniz Correia Lima; residentes em Serra Branca, tendo os filhos: José Leonardo Correia Lima Neto e Maria Sophia Correia Lima de Farias

2.2.2.4 – JOSE LEONARDO SOUSA (CORREIA) LIMA JÚNIOR, universitário do Curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, solteiro, residente em João Pessoa.

2.2.3 – JOSÉ ARNALDO SOUSA LIMA (Bentinho), Engenheiro Civil, casado com Violeta Lourdes Costa Sousa Lima, Assistente Social; residentes em João Pessoa PB, tendo a filha:

2.2.3.1 – CRISTYANNE MARIE SOUSA LIMA DE CARVALHO, casada com Valério Araújo de Carvalho; o casal reside em Campina Grande PB; tendo a filha:

2.2.3.1.1. – LOUISE MARIE LIMA DE CARVALHO;

2.2.3.2 – ANA PATRÍCIA COSTA SOUSA LIMA, Advogada, solteira.

2.2.3.3 – ARNALDO FILHO, Médico, solteiro, residente em João Pessoa.

2.2.4 – JOSÉ INALDO SOUSA LIMA, comerciante, fotógrafo, casado com Maria das Graças Dantas Sousa Lima; residente em Serra Branca PB. Contato (031 83 3354 2517 / e-mail tacibias@gmail.com); tendo as três filhas;

2.2.4.1 – MÁRCIA DANTAS LIMA TAVARES casada com Alexandre Daniel Tavares; residentes em Campina Grande, tendo a filha Camila Maria Dantas Tavares.

2.2.4.2 – MÔNICA DANTAS LIMA estudante, solteira

2.2.4.3 – MARIANE DANTAS LIMA estudante, solteira.

2.2.5 – JOSÉ RONALDO SOUSA LIMA, solteiro, morava em Serra Branca PB, onde falecera em 1980.

2.2.6 – JOSE DA GUIA SOUSA LIMA (Duguia), formado em Ciência da Computação; casado com Maria do Socorro Sousa Silva, Engenheira; residentes em Campina Grande; tendo os filhos:

2.2.6.1 – ISAAC SOUSA SILVA, estudante de Computação, casado com Daniela Silva, estudante de Computação em João Pessoa.

2.2.6.2 – SARAH SOUSA SILVA, estudante em Campina Grande.

2.2.6.3 – DEBORAH SOUSA SILVA, estudante.

2.2.7 – MARIA DO SOCORRO CORREIA LIMA QUEIROZ, Profª. Licenciada em Matemática; casada com Josemar Antônio de Queiroz, Administrador de Empresa, residentes em Campina Grande tendo os filhos:

2.2.7.1 – IMARA CORREIA LIMA QUEIROZ, Médica, casada com Alex Barbosa, Médico em Campina Grande.

2.2.7.2 – JULIANA CORREIA LIMA QUEIROZ, com Curso de Farmácia, casada com Eriberto Sobral, Técnico em Computação, residente em Natal RN

2.2.7.3 – JOSEMAR CORREIA LIMA FILHO, Advogado, trabalha na Polícia Federal de Patos, solteiro.

2.2.7.4 – MARIANA CORREIA LIMA QUEIROZ, solteira, concluinte de Direito, mora em Campina Grande.

2.2.8 – JOSÉ ROBERTO SOUSA LIMA (Beto), casado com Maria do Céu Dantas Sousa Lima; residente em Campina Grande; tendo as filhas:

2.2.8.1 – NARJARA DANTAS SOUSA LIMA, estudante de Turismo.

2.2.8.2 – LUISA DANTAS SOUSA, estudante de Economia

2.2.8.3 – MONIQUE DANTAS SOUSA, estudante.

2.2.9 – NILA MARIA SOUSA LIMA GUIMARÃES, casada com o primo Antônio Borba Guimarães,) abordados entre os descendentes de Maria Fortunata Correia Lima Guimarães (1).

2.2.10 – ARTHUR SOUSA LIMA, Psicólogo, solteiro, cidadão norte-americano, residente em Nova York / USA.

Arthur Correia Lima veio a falecer na década de quarenta, deixando os descendentes acima mencionados. Esses descendentes juntamente com os da irmã Maria Fortunata Correia Lima Guimarães assinalam a implantação da Genealogia do casal Genuino e Firmiana Correia Lima no Sítio Caboclos, nos anos de cerca de 1857 e 1882, segundo se depreende da tradição da família Ramos Correia Limas. (Fonte: dados de familiares).

A Devoção de Santo Antonio do Sítio Caboclos

Capela de Santo Antonio dos Caboclos



Santo Antonio é considerado um mártir nacional português. É celebrado em Lisboa a cada dia treze de junho em feriado local. Sua devoção no Cariri decorria da presença de portugueses nessa região, movida pela colonização.

No caso, a devoção de Santo Antonio do Sítio Caboclos seria um rito português trazido pelo Capitão Clementino da Costa Romeu, que a teria

implantado no local por volta de 1850. Isso teria ocorrido por ocasião da construção da casa-sede desse sítio, ao assumir a guarda e criação da sobrinha órfã Firmiana da Costa Ramos cuja história já é conhecida.

Com a ação do tempo, o velho quarto de oração dessa casa-sede do Sítio Caboclos se desmoronou. Então fora reerguido na década de 1950, preservando-se o antigo altar-santuário da velha imagem de Santo Antonio. Essa imagem seria a mesma da devoção familiar dos Costa Romeu, trazida pelo Capitão Clementino de Portugal. Nos primórdios dessa devoção a Santo Antonio, ali se celebravam também os batizados e casamentos familiares.

Uma vez implantada ali a referida devoção, Santo Antonio tornou-se o obreiro interventor de todas as causas e demandas dos devotos da região. No passado era invocado nas aflições dos nascimentos por familiares devotos, de cujos filhos o nome de Antonio tem representado ex-votos.

Santo Antonio de Lisboa - é celebrado desde o começo do Sítio Caboclos até os dias atuais. Na atualidade, o ritual novenário esteve a cargo do descendente Costa Romeu Arthur Correia Lima Sobrinho. Esse processo de celebração à devoção de Santo Antonio de Lisboa já duraria mais de cento e cinquenta anos. Com o recente falecimento desse cultor e bem-feitor, espera-se que outro ser humano sensível e esclarecido continue as celebrações, de forma a não se interromper esse rito de louvação e saudade. Mas também de confraternização e alegria familiar. Espera-se que o seu processo de devoção alcance mais uns cento e cinquenta anos para o futuro. Assim os momentos vindouros seriam como os do presente, instantes de reflexão e reafirmação da memória ancestral familiar.



A José Correia Lima herdeiro descendente da Genealogia do Sítio Caboclos, último bisneto dos Patriarcas Costa Romeu. A nossa homenagem (a Família)

Clementino Ramos Correia Lima e sua Família



3. Clementino Ramos Correia Lima consiste no nono filho do casal Firmiana e Dr. Genuíno Correia Lima. Por intermédio de familiares, estaria diretamente envolvido também no surgimento da Ramificação dos Costa Romeu do Sítio Caboclos. Era proprietário da Fazenda Água Doce de

agropecuária alimentar com regime de trabalho de meação. Ali vivera com a sua família de três filhos (Fonte: dados familiares)

Clementino, sua esposa Luísa e Roque; à direita Josefa e Mena.



O casal Joaquim e Josefa Ramos Borba

3.1. Josefa Ramos Borba (Zefa) (1907/83) natural da Fazenda Água Doce de Serra Branca / PB. Casou (1928) com Joaquim Borba Filho, originário do Engenho Condadinho / Zona da Mata de Pernambuco (1896-1985).

Este era filho de Joaquim Dias Borba nascido em cerca de 1870 e falecido em 1947. Casado com Maria José de Andrade Guerra nascida em cerca de 1877 e falecida nos anos de 1930. Esta também era natural de Pernambuco. O casal Joaquim e Josefa Borba morou em sua Propriedade de nome Aliados até mudar para Campina Grande (1966) e posteriormente migrar para João Pessoa (1980) em busca de maiores condições

econômico e culturais para a sua família. O casal Josefa Ramos Borba e Joaquim Borba Filho tivera onze filhos dos quais dois desses descendentes da Família Ramos Borba e netas de Clementino Ramos Correia Lima estariam associadas, compondo a teia de Ramificação dos Costa Romeu do Sítio Caboclos.



Descendentes dos Costa Romeu dos Caboclos

Esses descendentes seriam as netas: 1.^ª) Gesci Borba Lima, casada com o primo Eloi Guimarães Lima e 2.^ª) Cecy Borba Correia Lima, casada com o primo José Correia Lima Sobrinho. Com efeito, a genealogia do Sítio Caboclos, procede originalmente de patriarcas portugueses, dando nascimento as estirpes Correia Lima da fazenda Cauassu, que num segundo momento gerou a referida genealogia.

Unidade II – A Escravidão no Cariri Paraibano



Como parte da política de ocupação produtiva da Coroa portuguesa, a região do Cariri Paraibano desenvolveu a grande agricultura de exportação do algodão e uma agropecuária alimentar de apoio ao povoamento. Para isso contou com o trabalho escravo. A presença de africanos em Cabaceiras, no Cariri Oriental é registrada nos por ocasião do Inventário de Isabel Rodrigues de Oliveira (1742), onde se menciona uma força de trabalho composta de

quatorze pessoas, cuja procedência se aponta como sendo de Benguela, cidade litorânea de Angola (9), Ardes (1), Guiné Equatorial (1), Congo (2) e da Costa de Marfim (1). Por outro lado no Município de Sumé do Cariri Ocidental paraibano, a historiadora Socorro Silva também assinala a presença de gentios do Grupo Banto em São Thomé (Sumé) (1739). Esse grupo se compunha de diversas tribos como as vindas de Benguela e Cabindas (Angola), do Congo e de Moçambique. (Medeiros & Medeiros, 1989:35 e 54; Socorro Silva, 2002 e Coleções do Rider Digest, 1984).

O vocábulo “banto” designa o grupo de idiomas africanos, cuja flexão se faz por prefixos. Assim, suas tribos teriam idiomas idênticos. Também se registra a presença de descendentes de tribos do Sudão (1739) e de tribos yorubás (Nigéria) (1850). Na Fazenda Cauassu havia pelo menos uma dúzia de africanos (1836) Seus bisnetos conviveram lado a lado com os bisnetos de seus senhores, chegando a mesma Faculdade, em passado recente. Uma perversa lógica econômica trouxera povos do Noroeste, Oeste, Sudoeste e Nordeste africano entre outras para colonizarem o Cariri Paraibano, como de resto o Brasil. Parte dessa história será contada a seguir. (Medeiros & Medeiros, 1989:35 e 54; Fernandes, 1975 e Socorro Silva, 2001)

O Rosto da Escravatura no Brasil

Cerca de três quartos de nossa história dera-se sob a escravatura como forma de propriedade e produção. Em nenhum outro país da América a escravidão teria

sido tão longa. No Brasil ela apenas foi suprimida formalmente ao final do século XIX. Nosso País teria sido o último a aboli-la. A Independência nacional não se fez acompanhar da abolição. No Brasil, após a Independência escravidão continuou abrangendo a totalidade do Território e cerca da metade da população ainda se compunha de escravos. Na Independência, os escravos estavam legalmente excluídos da nacionalidade. (Freitas, 1982: 9-11).



CORREIO DA PARAIBA - 18 de outubro de 2008
EM MOÇAMBIQUE - Lula inaugura escritório da Flocruz
e diz que o Brasil tem 'compromisso moral'

No Brasil, a produção baseada nos escravos primou sobre qualquer outra forma de relação de produção. Não tivera paralelo a quantidade, a variedade e o valor das riquezas produzidas pelo trabalho escravo (açúcar, ouro, diamantes, fumo, algodão e café). Disse Joaquim Nabuco que há trezentos anos atrás, o africano fora o principal instrumento da ocupação e da manutenção do território colonial por Portugal. Seus descendentes teriam se misturado com o povo brasileiro. Tudo que houve de desbravamento, colonização e civilização teria existido, enquanto fruto do trabalho gratuito da raça escrava. O Brasil também foi recorde de importação de africanos. Foram 40% dos nove milhões e quinhentos mil negros trazidos para aqui. O Brasil teria sido o último país independente a abolir legalmente o tráfico. (Freitas, 1982: 11)

Tudo isso indica que no Brasil estabelecera-se a formação social mais importante do Novo Mundo. Nenhum país tivera sua história tão caracterizada econômica, social e culturalmente pelo escravismo como o Brasil. A escravidão teria dado um perfil histórico próprio ao País e produzido a “matriz” de sua configuração social. Por muito tempo a escravidão continuaria a ser uma característica nacional do Brasil. Com efeito, cerca de dois terços do povo brasileiro descendem de escravos. Apenas há noventa anos, a classe trabalhadora é formada de pessoas juridicamente livres, possuidora da própria força de trabalho. Na escravatura estariam as raízes do atraso brasileiro. Após produzir por trezentos anos muitas das grandes riquezas dos tempos modernos, este País ingressou no século vinte como um deserdado no grupo das grandes economias. (Freitas, 1982: 11-12).

A Justificação da Escravidão de Africanos e a Sua presença na Colonização Ibérica

Para legitimar a propriedade escrava como direito natural, seus defensores argumentavam que ela existira em todos os tempos. Contudo, enquanto escravidão

UFCG-BIBLIOTECA

propriamente dita, ela só apareceria no mundo com a divisão da sociedade em classes sociais, sendo certo que civilização e escravidão caminharam juntos. Porém, a escravidão não tivera sempre a mesma configuração de propriedade e exploração da pessoa do outro. Com efeito, haveria peculiaridades histórico-econômicas no conceito de escravidão. Aqui, se entende por escravidão a negação absoluta da cidadania e dignidade humana.

A lógica da escravidão no processo de colonização portuguesa deve-se à necessidade de maximizar o lucro da economia mercantilista, mediante o mínimo de custo da produção. No século XVI os interessados na exploração colonial chegaram a uma conclusão, que fora explicitada no século XIX como uma teoria moderna da Colonização (E. G. Wakefield). Imaginou-se que para se obter o máximo possível de lucro, o patrão teria que pagar o mínimo possível de salário. Entretanto na Colônia para poder subsistir, o trabalhador não se veria forçado a aceitar o mínimo salário. Isso se daria por conta da abundância de terras incultas sem dono, podendo assim esse trabalhador camponês se tornar um produtor independente. Se acaso esse camponês fosse trabalhar para o patrão, sendo ele mesmo livre, poderia pedir um salário incompatível com a exploração de sua pessoa. Também faltaria a condição essencial, a dele ser sem terras ou meios de produção. Com efeito, não se poderia obrigar o camponês a trabalhar de graça para outrem, havendo terras grátis e abundantes. Logo, ele teria sua propriedade dos meios de produção (terra, minas, etc.). Também precisava ser alguém que não fosse embora, se acaso estivesse descontente. Precisava ser alguém que pertencesse ao patrão, para ele usar e abusar, para produzir a baixo custo. Daí a conclusão do economista Wakefield: sem escravidão seria impossível a exploração lucrativa da Colônia. A única base natural da riqueza colonial seria a escravidão. Ela não se fizera preciso pela ausência de portugueses para lavrar a terra. Ela se fazia necessária para se exorbitar lucros. Daí, porque foi incorporada à colonização pelo capitalismo mercantilista. (Freitas, 1982: 17-21)

A mesma lógica levou a troca da mão-de-obra indígena pela africana. A explicação para isto era o mecanismo de trocar manufaturas baratas (ex. aguardente) por africanos na costa ocidental da África. Em seguida, permutá-los por matérias-primas nas colônias (açúcar,ouro,etc.) e, por sua vez, vendê-las na Europa a altos preços, com lucros de trezentos a seiscentos por cento (Freitas, 1982: 21-27).

Desse modo, teria ocorrido o recurso à escravidão por parte da colonização portuguesa do Cariri Paraibano. Sua lógica seria a maximização do lucro, que ficava nas mãos dos comerciantes de Lisboa. A Coroa portuguesa concedia a sesmaria sob o compromisso de se produzir o que permitisse uma balança comercial lucrativa ao próprio Governo. Este representava o capitalismo mercantilista da burguesia européia nascente. Os lucros oriundos dos nossos produtos acabavam passando às nações, que se industrializaram no período.

Unidade III – Culturas Nativas da Colonização do Brasil



Foto in Demarquet, S. de Almeida, 1986. A Questão Indígena . Editora Vigília. Belo Horizonte.

Os primeiros habitantes com que se defrontaram os portugueses ao desembarcar no Brasil adotaram em geral uma atitude amistosa, em relação aos conquistadores.

Percebera-se que falavam entre si línguas parecidas e tinham hábitos semelhantes. Foram designados de tupis, termo advindo de “tupanos”, isto é, servidores de Tupã, ser protetor do país . Essa semelhança levou os portugueses a pensar que os tupis eram um grupo só. No entanto englobavam povos com grande diversidade cultural e religiosa. (Sazz, 1984 e Figueira, 2003: 135)

Fora com os indígenas do litoral que os portugueses mantiveram maior contato e aprenderam as primeiras regras de sobrevivência no continente que então começavam a explorar. No interior do território viviam também diversos outros povos, que os conquistadores chamavam de tapuyas. Estes eram mais hostis. Tinham idioma difícil de ser compreendido e rejeitava qualquer tipo de aproximação Por isso, o contato que os portugueses mantiveram com eles foi bem menor. (Figueira, 2003).

No início do 1º milênio a.C. os indígenas tupis habitariam o sudoeste da Amazônia, entre os atuais territórios de Rondônia do Amazonas e da Bolívia. Daí teriam emigrado em várias direções. Outros estudiosos sustentam que os tupis seriam originários dos contrafortes dos Andes, ou do planalto do médio Paraguai e Paraná, donde se deslocaram para o litoral atlântico. Porém, ambas conjecturas antes se complementam, porque haveria outras hipóteses

de que teriam de fato vindo do Oeste do continente sul-americano. (Figueira,2003 e Sazz,1984).

Os tupis englobavam vários povos como os tupinambás, os tamoios, os tabajaras, os potiguaras, e os guaranis, das regiões meridionais. Organizavam-se em unidades menores ou aldeias, que mantinham entre si interesses comuns. As aldeias havia normalmente de 500 a 600 pessoas, habitando grandes habitações ou “malocas” coletivas de madeira, cobertas de folhas de palmeiras. Em geral havia de 4 a 7 habitações por aldeia, cada uma abrangendo um grande grupo familiar. (Figueira,2003: 135)

A poligamia era regra entre os chefes e os guerreiros mais destacados. A divisão do trabalho se fazia por sexo e idade. Às mulheres cabiam os afazeres domésticos, além do trabalho agrícola, e da coleta e colaboravam na pesca. Ainda lhes competiam as atividades artesanais (redes, cestos, tapetes etc.). Aos homens competiam o desflorestamento e preparação da terra para o plantio. Também se ocupavam da caça, pesca e fabrico de artefatos (canoas, armas e instrumentos de trabalho). Afora isso, deveriam fazer as próprias habitações, cuidar da defesa, etc. Também eram os homens que exerciam a função da cura. Às crianças cumpria cuidar com as mães de tarefas domésticas ou do plantio (Figueira,2003, 135).

Os tupis praticavam a coleta, a caça e a pesca. Conheciam a cerâmica e praticavam uma agricultura rudimentar. Tinham uma prática extensiva de manejo ecológico que levava ao esgotamento da área. Daí porque, de três a cinco anos eram obrigados a migrar para outra região de melhores condições de vida. Para o plantio, a limpeza do terreno era feita com a “queimada”, mediante a “coivara” (focos de incêndios), mais tarde infelizmente adotadas pelos colonizadores, enquanto práticas que degradam ecologicamente o ambiente. Os principais produtos da atividade agrícola eram mandioca, dieta básica da Colonização portuguesa, além do milho e da batata doce. Mas essa dieta variava de uma região para outra e incluía também feijão, amendoim, pimenta, caju, banana entre outros. Os tupis desconheciam os metais. Para certas atividades usavam machados de pedra e instrumentos de madeira, dentes, conchas, etc. Suas armas eram arcos, flechas, lanças e escudos de madeira. Certas tribos (caiapó) usavam a zarabatana, um tubo longo por meio do qual assopravam dardos paralisantes em suas presas. Faziam fogo por atrito com madeiras. Tinham canoas de troncos ou cascas de árvores. Não utilizavam nenhum animal para transporte ou tração. (Figueira, 2003:136).

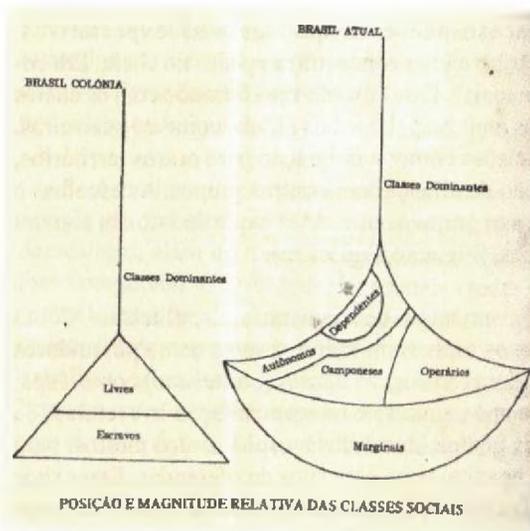
Enquanto organização social, a maior unidade política entre os tupis consistia na aldeia. Estas eram politicamente independentes. Só reconheciam a autoridade do

chefe. Toda aldeia tinha um chefe, cuja função era recrutada entre os membros da comunidade. Eram critérios de escolha um grande número de parentes, recurso democrático para a garantia da maioria mais um, além das capacidades como coragem, ponderação e oratória, entre outras. As atribuições do chefe nos períodos de paz eram poucas. No entanto, na guerra exigiam-se dele valentia e capacidade de comando. Podia ser descredenciado, se acaso não correspondesse às expectativas. Democraticamente, a soberania da tribo não se concentrava apenas no chefe. Era co-partida com um “Conselho dos Principais”. Esse conselho era formado com os chefes das grandes famílias e pelos homens mais respeitados da aldeia, como os guerreiros. Esse conselho tinha a seu cargo decisões como: a imigração para outros territórios, as estratégias de guerra e a formação de alianças com outros grupos. As escolhas e obrigações dos chefes variavam de um grupo a outro. Mas o que de fato era comum era a ausência de privilégio de chefias. (Figueira, 2003:136).

As crenças dos tupis combinavam traços de animismo com politeísmo. Como certos grupos japoneses ainda hoje, os tupis viam todos os seres como possuidores de uma alma vivente (animismo). Adoravam alguns deuses (politeísmo) como Tupã, ser protetor do país. Criam na vida após a morte e na reencarnação irreversível da vida. Temiam certos entes como os gênios, demônios e espíritos dos mortos, para eles causadores de catástrofes e os apaziguavam com ritos de oferendas. Esses ritos ficavam a cargo do pajé ou Xamã (sacerdote) da tribo. Este era uma espécie de mago que presidia os rituais e contactava forças invisíveis; predizia futuro e curava enfermidades. (Figueira, 2003: 136).

Seria impossível saber com precisão no presente quantos índios havia no Brasil por ocasião da colonização portuguesa. Estimativas vão de um milhão a seis milhões. Seja qual foi tal número baixou até cerca de setenta ou oitenta mil (1957), conforme os cálculos do herói indigenista e antropólogo Darcy Ribeiro, em função da crise da escravidão pelos conquistadores. No final do século XX, a população indígena voltou a crescer, apesar das doenças e conflitos de terras. Por esse tempo esta população chegara próximo dos setecentos mil índios. Esse crescimento continua hoje, como continua também o processo de evolução a seu modo dos povos tribais. Cabe ao governo brasileiro assegurar as condições de plena cidadania, extensiva a todos os povos do Brasil. (Figueira, 2003:136)

Unidade IV- A Organização da Sociedade no Brasil Colonial



A sociedade brasileira se organizou numa modalidade de estratificação social e estruturação do poder escravista, durante o período colonial. Nesse sentido, ela fora representada graficamente em sua ordenação social como um obelisco de base piramidal. Esta forma colonial-escravista teve seus alicerces institucionais na propriedade fundiária. Esta cumpria dupla função de monopolizar a terra para uso agrícola e de contingenciar a mão-de-obra escrava e livre para o trabalho nas fazendas e minas. (Ribeiro, 1978: 87).

Essa ordenação colonial-escravista viabilizava-se economicamente por um sistema de plantações produtoras de gêneros tropicais para a exportação, que mais tarde fora ampliado com a exploração de ouro e diamantes. Era regida por um patronato senhorial de fazendeiros-mineradores, combinado com um patronato parasitário dedicado à usura, ao comércio de importação e exportação de bens materiais e ao tráfico de escravos. Porém o governo da vida pública cabia a representantes burocráticos do poder colonial, colocados à frente dos comandos administrativos, militares eclesiásticos. (Ribeiro, 1978: 88).

A distribuição da população nas camadas sociais correspondentes a esta ordenação social e econômica podia ser representada pelo referido obelisco. A cúpula alongada representaria o patronato, cujo poder advinha da propriedade das fazendas e minas, do comércio de mercadorias de escravos e de dinheiro. O patriciado burocrático (lusitano) exercia o mando político, como agente da potência colonial. Seu poder decorria do desempenho de cargos como: governantes, comandantes militares, altos funcionários e eclesiásticos. O colo achatado do obelisco representaria

os setores intermediários da escassa camada da população livre e pobre, predominantemente mestiça e mulata. (Ribeiro, 1978: 89).

Esta população livre dos setores intermediários subsistia a partir de atividades auxiliares como: 1) o pequeno artesanato da vila; 2) engajamento em tropas de milícias oficiais ou temporárias, destinadas à repressão das revoltas escravas e à subjugação dos gentios hostis; 3) ingresso nas categorias mais baixas do clero; 4) dedicação à pequena lavoura, produtora de gêneros de subsistência e 5) sobretudo a prática da atividade pastoril, onde o homem livre não se via compelido a trabalhar, junto aos escravos. Junto a esta população livre, assentada na base do obelisco piramidal ficava a escravaria das fazendas, minas e vilas. Era o contingente populacional mais numeroso e também mais oprimido. Tanto pela exploração de que era vítima, quanto pela opressão em que vivia. (Ribeiro, 1978: 89)

Estruturas de Poder na Sociedade do Brasil Colonial

À ordenação colonial-escravista corresponde uma estrutura patrimonialista de poder que era comandada por representações locais das instituições do Estado lusitano. Fora ela que implementou e consolidou a exploração escravista e latifundiária fundada, essencialmente na fazenda patriarcal ou na mina, ajustada ao exercício de outras funções, afora a produção agrícola, pastoril ou mineradora. Seu núcleo era uma família senhorial rodeada de sua criadagem doméstica, e servida pela escravaria da roça

O chefe de família era o proprietário das terras e minas. Também era dono da força-de-trabalho que trabalhava nelas. Além disso, era também o patrão e senhor dos poucos assalariados, ou agregados nelas integrados como capatazes, artesãos ou dependentes.

As tensões mais graves que dinamizavam essa ordenação sócio-econômica partiam das revoltas dos escravos já deculturado, ou que já haviam perdido sua cultura original. Já estando aculturados à nova etnia. Estes ao fugirem eram aceitos em quilombos, ali resistindo às expedições de resgate e punição. Alguns desses quilombos chegaram a contar com dezenas de milhares de foragidos. Estes teriam convulsionado por décadas vastas regiões, sobretudo no Nordeste açucareiro da Colônia.

Porém os quilombos eram insurreições de castas oprimidas, incapazes de propor-se um projeto de reordenação da sociedade em seu conjunto. Só almejavam

escapar à escravidão para viver em comunidades igualitárias, em que inexistissem escravos e senhores. Seus aliados naturais, os trabalhadores livres também duramente explorados em atividades fundiárias, deles se afastavam pelas barreiras intransponíveis da discriminação, que separavam os homens livres dos escravos e, em consequência, os brancos, mulatos e mestiços, dos negros.

Juntos poderiam ter implantado uma ordenação social não-escravista. Fundada na pequena propriedade. Isolados, e hostis uns com os outros, teriam contribuído para perpetuar as posições respectivas e o sistema social escravista global. Como surgimento da consciência de que o sistema escravista entrava em decomposição, as vantagens desta aliança se tornariam cada vez mais evidentes. Porém, jamais aquelas barreiras de classes puderam ser superadas, até então cair a escravidão (1888). (Ribeiro, 1978: 100-101 e 105).

A Questão do Colonialismo Brasileiro

O colonialismo é uma situação de dependência que transcende o nível político-administrativo. Envolve um relacionamento bilateral que beneficia inteiramente o lado da metrópole em prejuízo da colônia. A metrópole compreende o componente dinâmico e a colônia seria o passivo, submisso. Esta aceita e imita os valores da metrópole. Seria a área periférica no contexto do sistema. No colonialismo se estabelece um binômio que interage em reciprocidade : dominação (metrópole) e dependência (colônia). Todos os elementos correlatos buscariam assegurar a continuidade desse binômio, assentado numa base econômica. Essa base repousa o princípio-chave de que a função da colônia seria enriquecer a metrópole. (Lopez, 1984:16)

O grau de eficiência e amplitude da relação colonial resulta primordialmente da possibilidade da metrópole de multiplicar os laços de dependência na sociedade colonizada. Esses laços não seriam apenas econômicos e comerciais, ou seja, não estariam apenas na dependência da colônia face aos capitais e artigos manufaturados enviados pela metrópole. Seriam também laços culturais. Pois a colônia importa a cultura e os comportamentos sociais da metrópole. Isso a faz aceitar uma situação de inferioridade, o que vale dizer, de dominação. Ao aceitar a ideologia incorporada a essa cultura importada, a colônia tende a se comportar como um apêndice, um prolongamento da metrópole. Através de processos mistificadores, o colonialismo cultural ajuda a neutralizar conflitos, que o colonialismo econômico em si provoca. Além de fazer com que um mecanismo de exploração e opressão não seja encarado

enquanto tal. Enfim, funciona como a contrapartida de qualquer potencial revolucionário, seja ostensivo ou subjacente. (Lopez, 1984: 16)

O colonialismo tem um dos seus principais pontos de apoio nos seguimentos que consegue cooptar ou aliciar na sociedade colonizada. Isso é possível na medida em que o colonialismo faz esses seguimentos participarem diretamente dos benefícios do sistema, ou pelo menos cria ilusões a esse respeito. Por outro lado, a dominação ideológica e cultural permite que a maioria se mantenha amorfa e passiva em relação a qualquer alternativa de contestação ao sistema vigente. Esta seria uma outra forma de cooptação, movida pela alienação. Esta forma de cooptação inclusive auxilia os verdadeiros ativistas do colonialismo, que participam dos benefícios do sistema. (Lopez, 1984: 16-17).

A Questão do Nativismo no Brasil

O século XVIII, além de ter sido o século da mineração, foi também aquele em que diversos sintomas de descontentamento em relação à política metropolitana começaram a ocorrer no Brasil. Esses sintomas são a manifestação de uma gama de movimentos nativistas regionais. Contudo, no primeiro momento tais movimentos não seriam propriamente separatistas ou libertários. Limitavam-se a discordar de aspectos da política metropolitana.

Já no século XVII ocorrera uma revolta no Maranhão (1684) contra a oposição jesuítica à escravização indígena e contra o monopólio extorsivo de uma Companhia de Comércio (Revolta de Beckmann). Depois, início do século XVIII sucessivamente, ocorrem revoltas como a rebelião dos paulistas contra a concorrência na procura do ouro por parte dos forasteiros, baianos e portugueses (Guerra dos Emboabas) (1707), a revolta em Pernambuco, dos latifundiários de Olinda contra os comerciantes portugueses instalados em Recife (Guerra dos Mascates) (1710). Além do levante em Vila Rica de Minas Gerais contra a extorsão na cobrança do imposto da Quinta de ouro e contra a imposição de medidas de controle e fiscalização como a criação da Casas de Fundição do ouro e sua marcação com selo real. (Revolta de Vila Rica) (1720). Tomadas em conjunto, as revoltas acima nos dão um quadro de acontecimentos isolados. O que elas mostram é a existência de contradições e descontentamentos locais, originados da existência colonial. (Lopez, 1984: 72-74)

As contradições entre Portugal e Brasil foram-se aprofundando. Entretanto, à medida que foi passando o século XVIII, o sistema colonial foi declinando. Sob o

aspecto teórico, a decadência do colonialismo foi acompanhada de um crescente enrijecimento Administrativo e político. Por seu estado de decadência econômica e dependente do ouro de Minas Gerais, Portugal começa a aplicar sistematicamente uma política mercantilista rígida ao Brasil. Desenvolvera ao máximo a idéia de que a Colônia servia apenas para enriquecer a metrópole. O monopólio comercial tornou-se extremamente rigoroso. O Brasil só poderia vender ou comprar de Portugal e, a preços por este fixados. Não poderia produzir nada que Portugal pudesse produzir e/ou vender para nós. (sal, aguardente, manufaturas, etc). O fisco tornou-se opressivo ao extremo. Para maior centralização e controle administrativo a Capital passa ao Rio de Janeiro. Visava ficar mais próximo do ouro e limitar os centros de poder local dos latifundiários, que repousava nas Câmaras municipais. (Lopez, 1984: 74-75)

Entretanto, as sociedades coloniais amadureceram se puseram a combater os impostos extorsivos e a desejarem liberdade para comprar e vender. O capitalismo em expansão no velho mundo reclamou a expansão dos mercados, opondo-se aos mercados fechados vigentes em defesa de seus negócios. O colonialismo mercantilista e monopolista entra em crise. Inaugura-se um ciclo de movimentos de rebelião colonial com a Inconfidência Mineira (1789). Em função da exaustão das minas não havia possibilidade de se extrair 100 arrobas ouro / ano. Este fora um movimento de revolta em São João Del Rei contra a o imposto atrasado da Derrama (538 arrobas de ouro) (1888). Os revoltosos elaboraram um Ideário revolucionário inspirados nos princípios Iluministas. Estes defendiam o emprego da Razão, da tolerância e da Monarquia Constitucional (idéias de Voltaire). Também se opunham à desigualdade de classes e à tirania. Defendiam o advento da sociedade democrática, com base na igualdade e respeito à soberania do povo (idéias de Rousseau). Assim decidiram: 1) proclamar a República; 2) adotar uma bandeira que virou a bandeira de Minas Gerais, com os dizeres "Libertas quae sera tamen"; 3) prescrevem o livre comércio e a instalação de indústrias; 4) a criação da Universidade pública e gratuita e 5) a criação de um Parlamento em São João Del Rei, sede da Nova Capital a ser criada. A conspiração chega aos ouvidos da Rainha Dona Maria I. Esta muito devota e abalada pela perda sucessiva de cinco familiares e seu confessor, decide-se pela condenação apenas do chefe dos 34 revoltosos. Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes) se dispõe a morrer pela causa. Seria preso, enforcado, arrastado, partido e exposto no Rio de Janeiro, para intimidação dos libertários. Coincidência ou não, a Rainha enlouquece de vez e para sempre (1792). (Figueira 2003: 181-183; 223-227; www.wikipedia.org e Lopez, 1984:74-76)

Diferentemente do século XVII, estas rebeliões não são mais estritamente regionais. Elas têm um caráter mais profundo, têm intenções libertárias e republicanas.

Nelas participam seguimentos sociais diferenciados, com objetivos comuns entre si, embora de certo modo específicos. Isso ocorrera em relação à Conjuração Baiana. Esta fora apoiada pela população mais pobre, inconformada com a crescente escassez de alimento e as péssimas condições de vida na Colônia (1798). Quem aderiu à Conjura foram os artesãos, os sapateiros, os alfaiates, soldados, libertos, mestiços e escravos. Essa revolta tinha objetivos mais claros, que os de Vila Rica, de Felipe dos Santos, contra o controle do ouro e das áreas de mineração (1720). Inspirados nos sublimes Princípios da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, ensinados pela Franco-Maçonaria de Salvador, os baianos suspiravam pelo tempo em que seriam todos iguais (1798). Outra fora a Revolução Pernambucana, que explodira em Recife (1817). Envolvera Senhores de terra, padres, militares de altas patentes. Seu êxito era assegurado pela difusão das idéias Iluministas, contra o clericalismo e o absolutismo dos reis - a favor das idéias Liberais e Republicanas. Havia por toda parte insatisfação popular contra o aumento dos impostos para custear guerras imperiais de Portugal. Chegaram a organizar um governo revolucionário e independente, que logo foi contido pelas forças legalistas da Colônia. A metrópole, mais que nunca, se interessava em controlar o que acontecia na Colônia. Inquieta e descontente, a classe dominante local aguardava uma oportunidade de propor novos rumos aos acontecimentos. (Figueira, 2003: 231 e Lopez, 1984: 82-84).

Conclusão

Em resumo,conclui-se que o povo da Genealogia Costa Romeu do Sítio Caboclos e Cauassu tivera como grupo originário patriarcas portugueses pertencentes a uma sociedade colonial escravista. Nessa organização sócio-econômica atuaram como Patronato, detendo a grande propriedade fundiária para uso da terra. Sua função era o contingenciamento de mão-de-obra escravista. Esta força de trabalho destinava-se à produção do algodão fumo cereais e à criação de gados. Parte dessa produção destinava-se ao mercado da metrópole. Esse grupo de ancestrais também pertencia ao Patriciado, que atuava na vida pública como chefes burocráticos, ou militares locados na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres e depois Vila Real de São João do Cariri. Seus descendentes viveram em fazendas, no entorno dessa Vila. Esses chefes eram servidos por escravos domésticos e de fazendas e de outras categorias de homens livres.

Apesar da escravaria não haveria registro, nem memória da presença de pelourinhos na região de São João do Cariri, nem nas terras da família em apreço. Também não há história de ataques de indígenas às famílias locais. Ao se instalarem no Povoado da Travessia dos Quatro Caminhos a partir de 1739, não havia mais gentios hostis na região. Porém registra-se na área a presença de foragidos quilombolas, refugiados em serras do Cariri Ocidental e regiões adjacentes.

Com efeito, parece ter partido da própria região a vingança face à repressão de invasões de terras da fazenda Cauassu, por parte de posseiros “Xaretas” quilombolas, que custou a vida do trisavô dessa família Alferes Amaro da Costa Romeu Júnior, episódio abordado neste trabalho.

Sob o Governo de D. João V (1707/50), esta configuração sócio-econômica assentava-se no propósito lusitano de ocupação produtiva e povoamento do interior paraibano. Era parte de uma campanha de conquista e integração de áreas incultas, como meio de ampliação da fronteira política e econômica, movida pela colonização portuguesa

Visava-se a obtenção de produtos agropecuários e minerais, que garantissem uma balança comercial favorável aos comerciantes de Lisboa. Para tão ambicioso projeto em terras de uma Colônia ambicionada, distante, inculta e desprovida de braços para a meta, buscaram-se arranjos já conhecidos. Entre estes estava a

antiga instituição da sesmaria, pela qual se concedera a terra em troca daquele objetivo. Na ausência de ouro, lançou-se mão da agropecuária extensiva e da grande propriedade monocultora de trabalho escravo.

A tarefa colonial ou melhor dizendo, a própria filosofia do Descobrimento sempre tivera tal intenção – doação do que nada custou em troca de vantagens lucrativas. Talvez nunca estivera em pauta o desenvolvimento da Colônia, seu povoamento por razões “mitológicas” ou étnico- filosóficas. Não se buscava o progresso dos meios, o desenvolvimento, a civilização das gentes que compuseram nosso país e povo. Isso fora um grande equívoco e ficara provado diante do confisco tributário, dos monopólios comerciais, da proibição da livre Empresa e principalmente da repressão ferrenha aos movimentos libertários.

Com tal postura, nossos ancestrais emigraram para o Cariri de Fora paraibano. Estavam mais para colonizadores, que para colonizados. Embora desempenhassem reciprocamente esse papel de colonizados, inconscientemente ou ideologicamente suas lutas eram lusitanas. Não tinham objetivos tupiniquins. Como militares portugueses atuaram em frentes legalistas, vertendo o próprio sangue por Portugal. Não imaginava o quanto já se era autônomo. Sua ideologia era dominante. Não tinham calado nem envergadura para enxergarem o país que nascia. Assim tiveram escravos. Contudo, nunca pelourinhos! Misturaram a alma de suas famílias com a alma da África. Assim, vertemos seu leite e sua força. Porém nunca o seu sangue! Copiamos e adotamos seu modo de ser, de interagir com o mundo. Mesmo quando arrogávamos, era mais como colonizados como ela, do que como metrópole colonizadora. Desse modo, nosso povo cresceu nobre e sensível; lusitanos no ousar, mas sensível no submeter-se.

Ainda continuamos esse processo! Ainda caminhamos meio altivos, mas também meio mandados, meio submetidos. Humilhantes e humilhados! Contraditórios ainda! Porém, conscientes de nosso papel somatório, de coadjuvantes da tamanha missão de cidadãos históricos. Assim somos! Assim nos sentimos como descendentes de pioneiros colonizadores. Porém, somos otimistas quanto ao progresso, como o eram nossos antepassados. Crentes no Ser –Criador, como eram nossos maiores. Sempre desejosos do bem – meta maior e final de nossa lida.

Assim, nos representamos em nosso imaginário genealógico. Contudo, outros podem nos ver diversamente desse modo. Esta é a nossa ideologia familiar, de alcance antigo. Porém, irremediavelmente indiscartável.

È esta a nossa visão dos ancestrais formadores da Ramificação dos Costa Romeu do Sítio caboclos. Salvo melhor exame do assunto.

João Pessoa, Verão / 2009.

As autoras

Bibliografia

Almeida, A. Pereira. Os Oliveira Ledo e a Genealogia de Santa Rosa. 1978. Editora Gráfica Universal João Pessoa / PB

Borba, G. Ramos. Ramificações dos Dias Borba na Paraíba. Série Cadernos Genealógicos (no prelo)

Bueno, Silveira. 1982. Vocabulário Tupi- Guarani- Português. Editora Brasilivros e Distribuidora Ltda. São Paulo. SP.

Demarquet, Sonia de Almeida. 1986. A Questão Indígena. Editora Vigilância. Belo Horizonte. (fotos ca2002.

Fernandes, Francisco. 1975. Dicionário Brasileiro Contemporâneo. Editora Globo. Porto Alegre. /RS

Figueira, Divalte Garcia. 2003. História. São Paulo, Editora Ática, João Pessoa

Freitas, Décio. 1982. O Escravidão Brasileiro. Editora Mercado Aberto. RS

Garcia, N. Jahr. 1985. O Que é propaganda Ideológica. Editora Abril Cultur/ Brasilien. São Paulo.

Leal, J. Ramos. 1968. Apontamentos Genealógicos – A Família Costa Ramos. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IGHGP. Volume 16. João Pessoa / P

—————1972. Vale de Travessia. Editora da Associação Paraibana de Imprensa – API. João Pessoa. - PB.

Lopez, L. Roberto. 1948. História do Brasil Colonial. Editora Mercado Aberto. Porto Alegre.

Marcondes, Ciro Filho. 1985. Ideologia. Editora Global. São Paulo.

Medeiros, T. D. & Medeiros, M. Dinoá. 1989. Ramificações Genealógicas do Cariri paraibano. Centro Gráfico de Brasília – CEGRAF. Brasília – DF.

Machado, M. Lopes. 1977. História da Província da Paraíba. Editora Universitária / UFPB. João Pessoa / PB Vol 2

Ribeiro, Darcy. 1978. Os Brasileiros: I. Teoria do Brasil. Editora Vozes. RJ.

Rodrigues, Janete Lins (Coordenadora. Mapa Político, Turístico e Rodoviário do Estado da Paraíba. Editora Difusão Cultural do Livro. São Paulo / SP

Rietveld, J. Jorge. 1999. Na Sombra do Umbuzeiro. Editora IMPRELL. João Pessoa.

www.tuel.pt/portugal - mapa.jpg

www.wikipedia.org

www.revelarix.com/lisboa

Periódicos:

Jornal O Norte – 27/ 02/ 2001. Maria do Socorro Silva. Sumé – Cinquentenário.

Jornal Correio da Paraíba -23 / 03/ 2008

Jornal Correio da Paraíba – 18/ 10 / 2008